



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

VALDENICE PESTANA BOMFIM

REFERENCIAÇÃO NA PRÁTICA DE LEITURA E
INTERPRETAÇÃO DOS GÊNEROS DISCURSIVOS *CHARGE*
E PROPAGANDA

Salvador
2018

VALDENICE PESTANA BOMFIM

**REFERENCIAÇÃO NA PRÁTICA DE LEITURA E
INTERPRETAÇÃO DOS GÊNEROS DISCURSIVOS *CHARGE*
E PROPAGANDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestrado em Língua e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Lícia Maria Bahia Heine

Salvador
2018

Bomfim, Valdenice Pestana.

Referenciação na prática de leitura e interpretação dos gêneros discursivos *charge* e propaganda / Valdenice Pestana Bomfim. - 2018.
99 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lícia Maria Bahia Heine.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2018.

1. Linguística. 2. Anáfora (Linguística). 3. Referência (Linguística). 4. Coesão (Linguística)
I. Heine, Lícia Maria Bahia II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras III. Título

CDD - 410
CDU - 81'42

AGRADECIMENTOS

A esta energia que me substancia e me rege, a quem chamo de Deus.

À minha amada mãe, Valdelice Pestana, que, apesar de ter seu direito à educação usurpado, me permitiu chegar até aqui.

À minha irmã Valdeci Pestana, com quem divido o mundo desde o útero da nossa mãe.

Aos meus amados sobrinhos William e Julia, que o mundo seja justo com vocês.

À minha orientadora, Prof^a Dra Lícia Maria Bahia Heine, por sua dedicação, apoio, leituras, “puxões de orelha” e, sobretudo, sua confiança.

À Edineia Oliveira, cujas pegadas se fazem presentes aqui (eterna gratidão).

Ao meu amigo Gilvan Costa pelos livros, textos, trocas de conhecimento dentro e fora da Academia, por me dizer as palavras certas nas horas certas (eterna gratidão).

A Washington Sacramento pelo cuidado, carinho e cumplicidade.

Aos meus tios e primos, em especial, a Vilma, Thiago e a Vitória.

Aos meus amigos de longas datas pelo amparo: Graziela, Ednailton, Munda, Normede Dantas, Jaqueline Estácio, Andrea Paula, Debora Silva e Monique.

Aos amigos do Nuped pelas discussões, em especial, a Myriam Crusoé.

Ao ambiente da Pós-graduação em Língua e Cultura, que colocou em meu caminho pessoas maravilhosas com as quais mantenho uma relação mútua de amizade: Tainá Almeida, Brisa Enéias, Márcia Regina, Joelma Santos, Mário da Mata, Rose Gonçalves, Daniela Moreira, Murilo Neto, Acácia Lima, Liz Sandra, Maurício Neto, Raveli Mejía e Maria Daltro. O curso não seria tão estimulante se não fosse a presença de vocês.

À FAPESB, pelo financiamento desta pesquisa, viabilizando-a.

Aos funcionários Ricardo e Thiago pela presteza e compreensão.

A relação linguística primária não estabelece mais relação entre a palavra e a coisa [...] A ilusão referencial resulta de uma manipulação de signos que a convenção realista camufla, oculta o arbitrário do código, e faz crer na naturalização do signo.

(COMPAGNOM, 2001, p. 109)

RESUMO

A discussão sobre referência\referenciação tem lugar de destaque na Linguística Textual. Sabendo da importância desse assunto, e preocupados com uma análise que focasse não somente em aspectos formais utilizados no processo de referenciação, assumimos o objetivo de analisar, dentre as diversas práticas significantes, quais são os aspectos relativos à anáfora encapsuladora e qual a importância dos elementos não verbais no processo de construção de sentido textual nos gêneros *charge* e propaganda. Nesse trabalho analisamos oito *charges* de autoria do cartunista Alpino – blogueiro do Yahoo Notícias – e oito propagandas selecionadas na internet, observando de que maneira os objetos de discurso são introduzidos e recategorizados. Essa abordagem leva em consideração as fases sociocognitivista (Koch, 2004), e bakhtiniana (Heine, 2017). Isso posto, partimos do princípio de que a referenciação é uma “atividade discursiva” possível entre sujeitos sociais e o texto é um “evento dialógico”. Em razão dessas perspectivas, entendemos que os sentidos do texto são construídos pelos interlocutores na interação, numa atividade negociada, sobretudo, na interação entre os contextos. Sendo assim, consideramos as anáforas, em especial, do tipo encapsuladora como objetos altamente dinâmicos, pois, uma vez introduzidos na memória discursiva, vão sendo constantemente transformados, construídos e recategorizados no curso da progressão textual, reforçando a assertiva de que a coesão não é um fenômeno preso ao texto enquanto materialidade linguística.

Palavras-chaves: Linguística Textual, Referenciação, Anáfora encapsuladora, *charge*, propaganda.

ABSTRACT

The discussion about reference \ referencing has a prominent place in Textual Linguistics. Knowing the importance of this subject, we assume the objective of analyzing, among the several significant practices, which are the aspects related to the encapsulating anaphora and the importance of the non verbal elements in the process of construction of textual sense in the genres of charge and advertisement. The corpora of this research are constituted by cartoons authored by the cartoonist Alpino - Yahoo News blogger -, and some selected advertisements on the internet. This approach takes into account the sociocognitive phases presented by Koch (2004), and the Bakhtinian phase proposed by Heine (2017). That said, we assume that referencing is a possible "discursive activity" among social subjects; and the text is a "dialogic event." Because of these perspectives, we understand that the meanings of the text are constructed by the interlocutors in the interaction, in an activity negotiated, above all, in the interaction between the contexts. Thus, we consider anaphora, especially, the encapsulating type as highly dynamic objects, because, once introduced into the discursive memory, they are constantly being transformed, constructed and recategorized in the course of textual progression, reinforcing the assertion that cohesion does not is a phenomenon attached to the text as a linguistic materiality.

Keywords: Textual Linguistics, Reference, Anaphora encapsulating, charge, advertisement.

LISTA DE ESQUEMAS, QUADROS E GRÁFICO

ESQUEMA 1	Referência em Halliday e Hasan (1976)	43
QUADRO 1	Constituição dos <i>corpora</i> utilizados no corpo da pesquisa	65
QUADRO 2	Constituição dos <i>corpora</i> que integram o capítulo Análise de dados ..	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A LINGUÍSTICA TEXTUAL E SUAS FASES	16
1.1 A IMPORTÂNCIA DO TRATAMENTO DO TEXTO PARA OS ESTUDOS DA LINGUAGEM	16
1.2 RETOMANDO O TRAJETO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL: TEXTO DE PRODUTO A PROCESSO	20
1.2.1 A dimensão dos estudos da LT na perspectiva Sociocognitivo-interacionista e na perspectiva bakhtiniana	28
1.3 LÍNGUA, SUJEITO E TEXTO: A MUTABILIDADE CONSTITUTIVA	33
1.4 GÊNERO DISCURSIVO.....	35
1.4.1 Gênero discursivo <i>charge</i>	37
1.4.2 Gênero discursivo propaganda	39
2 A REFERENCIAÇÃO NO PROCESSO DE TECELAGEM TEXTUAL ..	41
2.1 A REFERÊNCIA EM SUAS PERSPECTIVAS.....	41
2.2 REFERENCIAÇÃO: CONSTRUINDO OBJETOS DE DISCURSO	45
2.3 ANÁFORA INDIRETA: UM PROCESSO QUE ESTÁ PARA ALÉM DA SUPERFÍCIE TEXTUAL.....	50
2.3.1 Os encapsuladores e suas atribuições	53
2.4 REFERENCIAÇÃO SEMIOTIZADA	57
3 CONTEXTUALIZAÇÃO METODOLÓGICA	59
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
3.2 PERGUNTAS DA PESQUISA	62
3.3 CONSTITUIÇÃO E COLETA DOS <i>CORPORA</i>	63
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	64
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	68
4.1 EXIBIÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

O interesse que motivou a realização do projeto de dissertação de mestrado surgiu a partir da pesquisa que executada entre 2013 e 2014, através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – UFBA, que teve como foco analisar a coesão no gênero *charge*. A referida pesquisa nos mostrou que, embora haja uma infinidade de estudos sobre a coesão textual em termos de Linguística Textual, ainda faltam investigações mais consistentes, em especial, sobre a construção de sentido em textos multimodais, que se realiza não somente por signos verbais, mas também signos não verbais. Confirmou-se, então, a necessidade de se redimensionar o trabalho com textos, pondo em foco sua tessitura coesiva. Uma maneira de possibilitar essa ampliação é a adoção de novas estratégias de análises aliadas à multiplicidade dos gêneros discursivos, principalmente, os digitais que mesclam signos semióticos. Entendemos que os gêneros discursivos *charge* e propaganda podem oferecer subsídios para tal discussão.

Além de atestarem que há relações de complementação entre o verbal e o não verbal, os referidos gêneros suscitam de seus leitores conhecimentos específicos. A *charge*, por exemplo, tem como objetivo principal fazer críticas à política e a questões polêmicas atuais. Por fazerem referência a assuntos amplamente debatidos nas mídias, estão diretamente ligadas ao seu contexto histórico de produção, fazendo-se necessária, para que haja produção de sentido, uma contextualização no momento da leitura, “já que as recepções concretas ocorrem em contextos sócio-históricos e encontram-se sujeitas a convenções interpretativas” (BENTES, LEITE, 2010, p. 391). O humor satirizado é uma de suas marcas, o riso que não tem graça sinaliza a compreensão do texto e pressupõe uma relação de conhecimento de inúmeras informações prévias, permitindo afirmar que o riso é um fenômeno incontestavelmente cultural.

Já o gênero propaganda, pertencente à esfera publicitária, é, também, composto de várias linguagens, e tem por objetivo fisgar um público alvo, o que faz com que a sua linguagem híbrida, eminentemente persuasiva, pautada nos signos não verbais, na maioria das vezes, seja usada como uma maneira de potencializar a persuasão. Tais aspectos, presentes em ambos os gêneros mencionados, suscitam dos interlocutores do discurso uma série de conhecimentos: de mundo, enciclopédicos, linguísticos, entre outros, confirmando que o texto não pode ser desvinculado de sua exterioridade.

A exploração de gêneros discursivos híbridos mostra-se inevitável num contexto em que se enaltecem as imagens, em especial. Para Bentes, tal característica pode contribuir com a ideia de autoria que não se restringe mais “a marcas linguísticas ou textuais precisas. Trata-se de uma noção que aponta para realidades tanto externas [...] quanto internas ao texto [...] ou para dimensões simultaneamente internas e externas” (BENTES, 2010, p. 406), visto que o texto se constitui das referidas dimensões.

O texto possui espaços em branco que devem ser preenchidos pelo leitor, este deve fazer conjecturas e propor hipóteses e, nesse movimento vertiginoso, vai construindo o seu sentido. O significado de um texto é, portanto, “construído na interação texto-sujeitos (ou texto-co-enunciadores) e não algo que preexista a essa interação” (KOCH, 2009, p.17). Nesse sentido, o texto, seja ele oral ou escrito, verbal ou não-verbal, sempre resulta das práticas humanas.

Pensar no significado como algo processual, constituído a partir de estratégias sócio-cognitivas, significa descartar as teorias que concebem a forma linguística como transparente e suficiente para produção de sentidos. Essa visão não condiz mais com a natureza discursiva do processo referencial, ou melhor, com a complexidade linguística que permeia a construção e compreensão textual. Sendo assim, adotaremos a concepção de referenciação postulada por Mondada e Dubois (2003), não mais a de referência como postulado por Halliday e Hassan (1976, p. 5), considerando também a revisão de Heine (2017) que a amplia para referenciação semiotizada. Desse modo, assumimos o objetivo de analisar, dentre as diversas práticas significantes, quais são os aspectos relativos à anáfora encapsuladora e qual a importância dos elementos verbais e não verbais no processo de construção de sentido textual nos gêneros *charge* e propaganda Para tanto, tentaremos responder às seguintes perguntas:

- De que maneira os signos icônicos funcionam como âncoras textuais nos referidos gêneros?
- Qual a relevância dos elementos do tipo não verbal no processo de referenciação?
- Há uma predominância/preferência entre os determinantes demonstrativos funcionando como encapsuladores?

Para condução desse estudo, tomamos como aporte teórico a Linguística Textual (LT), ramo da Linguística que surgiu em 1960, na Alemanha. Assim como outras ciências, a LT sofreu e sofre mudanças em seus modos de interpretação; por conseguinte, cada abordagem dá nome a diferentes momentos. Em seu processo de constituição e reconhecimento enquanto ciência, a Linguística de Texto apresenta três fases: na primeira, denominada Transfrástica,

predominavam os estudos interfrásticos; na segunda, as Gramáticas do Texto, os pesquisadores focaram na competência linguística do falante; na terceira fase, foram analisados os fatores de produção, recepção e interpretação dos textos. A partir da década de 90, do século XX, com o intuito de desvincular os estudos do texto da abordagem cognitiva clássica, Koch (2004) propõe que o texto seja entendido como um processo que resulta de uma série de operações cognitivas e culturais, há uma relação estreita entre a linguagem e a cognição, dessa maneira, não há uma hegemonia da mente diante do entorno social, o processo de significação resulta da junção dos dois. Mente e conhecimento se configuraram como objetos de investigação. Dando continuidade a esse constante processo de mudança, Heine (2012) apresenta a proposta denominada como Fase Bakhtiniana; a referida autora afirma que “[...] não se pode, considerar que existe um sentido textual preestabelecido e desvinculado de ideologias” (HEINE, 2012). Em tal perspectiva, a ideologia é entendida nos moldes postulados por Bakhtin, nesse caso, a ideologia não anula o individual.

Ao elegerem como objeto de estudo o texto, em 1960, os linguistas do texto atentam para os critérios que envolvem a produção textual: contexto imediato e contexto mediato, interlocutores, conhecimento linguístico, conhecimento de mundo, conhecimento partilhado, inferências, fatores pragmáticos, informatividade, situacionalidade etc. Levando em conta aquele que fala e ouve, o texto é fruto de práticas humanas, um lugar de interação. Destarte, propomos, nesta dissertação, uma interface entre as fases Sociocognitivista (KOCH, 2004) e a bakhtiniana (HEINE, 2012) da LT, visto que entendemos que ambas se complementam. É por esse caminho que se seguem as nossas reflexões.

Da fase Sociocognitivista, aliamos-nos à concepção de referenciação cunhada por Mondada e Dubois (2003), que entendem a referenciação enquanto “atividade discursiva”. Nessa perspectiva “o conceito de referência não perpassa simplesmente por uma representação extensional de referente do mundo extramental. A realidade é construída, mantida e alterada, pela forma como sociocognitivamente, o sujeito interage com o mundo” (LEITE; MARTINS, 2013, p. 44). Deste modo, os referentes passam a ser vistos como objetos de discurso, “entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso” (MONDADA, 2001, p. 9).

No que tange à fase Bakhtiniana, adotamos a concepção de texto, uma vez que compreendemos que as conceptualizações anteriores não dão conta das modificações e complexidade das atividades discursivas. Heine (2012) afirma que a LT vive um momento de

revisitação. A pesquisadora pretende demonstrar as contribuições do filósofo Mikhail Bakhtin aos estudos do texto. Nessa perspectiva, o texto é entendido como “[...] um evento dialógico, semiótico, falado, escrito, abarcando, pois, não somente o signo verbal, mas também os demais signos no seio social (imagens, sinais, gestos, meneios de cabeça, elementos pictóricos, gráficos etc)” (HEINE, 2012). Essa definição leva em consideração a afirmação do filósofo Bakhtin para quem a semiose abarca todo tipo de linguagem, o que possibilitou à referida pesquisadora sugerir a ampliação da noção de referenciação para referenciação semiotizada.

Nesse sentido, para atingirmos nossos objetivos, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos. Cada capítulo subdivide-se em seções que, por sua vez, apresentam subseções. Dessa maneira, as reflexões e alguns dos conceitos aqui discutidos (texto, referenciação, gêneros discursivos etc.), assim como a maneira de compreendê-los decorre da certeza de que a elucidação dos referidos termos é uma etapa crucial, pelo fato de eles estarem diretamente ligados aos métodos de aplicação, ou seja, como os *corpora* serão analisados. Sendo assim, os capítulos são: (1) A linguística textual e suas fases; (2) A referenciação no processo de tecelagem textual; (3) Contextualização metodológica, delimitação dos *corpora* e estratégias de análise e (4) Análise de dados.

O primeiro capítulo desta dissertação foi construído com o objetivo de mostrar a importância da Linguística Textual para os estudos da linguagem, e contextualizar as transformações alcançadas pela referida ciência. Para tanto, destacamos o desenvolvimento da LT, base teórica desse estudo. Por conseguinte, apresentamos algumas concepções de texto, com o intuito de mostrar que a visão de língua adotada vai refletir nas definições de texto. Defendemos a ideia de texto enquanto “evento dialógico”, em razão de acreditarmos que o texto “adquire identidade quando se relaciona com outros discursos, seja citando-os, parodiando-os, concordando ou discordando deles” (ROMANO, 2013, p. 23). Além disso, ressaltamos a importância da Linguística do Texto no ensino de Língua Portuguesa.

No segundo capítulo, intitulado *A referenciação no processo de tecelagem textual*, falamos sobre as limitações da noção de referência postulada por Halliday e Hasan, justificando o motivo de que tal perspectiva não contempla mais a noção de texto presente na Linguística hodierna. O foco deste capítulo é analisar o caráter dinâmico da referenciação e sua instabilidade; compreender como as relações entre os objetos de discurso se estabelecem, mantêm-se e se reforçam; apresentar uma definição de anáfora e, por fim, versar sobre a discussão em termos da anáfora do tipo encapsuladora.

O terceiro capítulo mostra a constituição, coleta e estratégias empregadas para a análise dos *corpora*. Tratamos algumas questões relacionadas aos gêneros discursivos *charge* e propaganda em suas características específicas. Por fim, no último capítulo, expusemos os resultados obtidos através dos diversos aspectos coesivos presentes nos gêneros apresentados.

1 A LINGUÍSTICA TEXTUAL E SUAS FASES

Na história da constituição do campo da Linguística de Texto, podemos afirmar que não houve um desenvolvimento homogêneo. Segundo Marcuschi (1998a), “seu surgimento deu-se de forma independente, em vários países de dentro e de fora da Europa Continental, simultaneamente, e com propostas teóricas diversas”. Mas, de uma forma geral, é possível distinguir três momentos que abrangeram preocupações teóricas bastante diversas entre si. (BENTES, 2001, p. 246)

Este capítulo divide-se em cinco tópicos, objetivando discutirmos alguns aspectos que caracterizam a Linguística Textual enquanto ciência que estuda o texto. Falaremos sobre a importância do tratamento do texto para os estudos da linguagem. Em seguida, apresentamos um breve histórico da Linguística Textual, que vai do seu surgimento até os dias atuais, uma maneira de contextualizar um pouco as suas transformações no tempo. Também iremos expor as diferentes formas de abordagem do seu conceito mais básico, o texto. Por conta dos *corpora* da pesquisa, falaremos, de maneira sucinta, sobre questões que permeiam a definição e configuração dos gêneros discursivos. Por fim, mostraremos como os avanços alcançados por esta ciência refletem no ensino de língua portuguesa no Brasil.

1.1 A IMPORTÂNCIA DO TRATAMENTO DO TEXTO PARA OS ESTUDOS DA LINGUAGEM

No processo de constituição de um campo de saber, nesse caso, o campo dos estudos da linguagem, opiniões divergentes do que seja a língua acabam ensejando posturas diferenciadas. A complexidade desse elemento propiciou o surgimento de variadas tendências e correntes teóricas, por muito tempo, alocadas em dois grandes paradigmas: Formalismo e Funcionalismo. O primeiro entende a língua como autônoma, alheia a práticas languageiras; já o segundo a concebe como um instrumento de comunicação. Utilizando-se da metáfora do machado, Borges Neto demonstra a diferença entre os paradigmas:

Para um funcionalista, a lâmina do machado tem a forma que tem porque está destinada à tarefa de cortar madeira: a lâmina em forma de cunha secciona e separa as fibras da madeira. [...] Um formalista, por outro lado, vai dizer que a função da lâmina do machado é que é determinada por sua forma: é justamente por ter a forma de cunha que o machado serve para cortar madeira (BORGES NETO, 2004, p. 83).

Em síntese, para um funcionalista, a função determina a forma, contrariando o que pensa um formalista, para quem a forma determina a função.

Apesar de compreender várias correntes, no paradigma formal, destacam-se os estudos do Estruturalismo europeu (Saussure), do Estruturalismo americano (Blomfield) e do Gerativismo (Chomsky), sendo que “a linguística estrutural representa um dos acontecimentos mais significativos do pensamento científico do século XX” (MARTELOTTA, 2012, p.114). Os pesquisadores dessa corrente compartilham da ideia de língua enquanto estrutura, um sistema regulado por regras que internalizamos desde o processo de aquisição da linguagem e não as regras estabelecidas pelas gramáticas prescritivas.

Em resumo, a abordagem estruturalista entende que a língua é uma forma e não uma substância (SAUSSURE, 2006, p. 141). Hjelmslev, dentre os estruturalistas, é quem melhor explica a referida tese saussuriana. Para ele, a *langue*/língua articula dois planos: o plano do conteúdo e o plano da expressão; cada plano se constitui de forma e substância.

A forma do conteúdo diz respeito às relações entre as unidades sêmicas, é a própria estruturação [...]. A substância de conteúdo, por sua vez, é o pensamento amorfo - ainda não estruturado - é a própria realidade semântica (HJELMSLEV apud CASTELAR DE CARVALHO, 1980, p.158).

A substância da expressão são os próprios sons (fones) ou as letras (grafemas); enquanto a massa fônica ou gráfica ainda não estruturada na língua. É a massa sonora ou visual desprovida de valor funcional [...] (HJELMSLEV apud CASTELAR DE CARVALHO, 1980, p.159).

Portanto, a *langue*, enquanto objeto de estudo da ciência da linguagem, é forma, na qual se depreende o valor da unidade linguística, processado através de relações de oposições. Fica claro, pois, o porquê de Saussure ter excluído a substância que, seja por meio da expressão seja por meio do conteúdo, não atende aos seus propósitos estruturais. O mestre de Genebra, tendo como parâmetro os estudos greco-latinos no que tange à gramática tradicional de Dionísio de Trácia, século II a. C. (ROBINS, 1979, p. 24), deu um passo substantivo nos estudos linguísticos, haja vista ter excluído a possibilidade de classificar as expressões linguísticas em termos nocionais, ou seja, as palavras classificadas em classes gramaticais porque podiam

significar substâncias (reais ou fictícias) do mundo extralinguístico, e não por exercerem uma determinada função linguística, a partir do valor apreendido na estrutura linguística (HEINE; SOARES, 2005, p. 24).

É incontestável a tese de que foi a partir dos estudos saussurianos e do famoso recorte *langue x parole* que a Linguística deixou de ser uma disciplina e ganhou *status* de ciência, elegendo a *langue* seu objeto de estudo limitado exclusivamente à imanência do sistema linguístico. No entanto, os estruturalistas não destacaram a importância do sujeito e do contexto *lato sensu* na construção de sentidos de um texto, tese que pode ser ratificada pela referida dicotomia que possibilitou também o desenvolvimento dos estudos discursivos.

Por conseguinte, o Funcionalismo surgiu com o intuito de superar as limitações que confinaram a Linguística à abstração. Seus pesquisadores eram contrários aos recortes feitos principalmente por Saussure e Chomsky que, ao elegerem como objeto de análise de suas teorias a *Langue* e a Competência linguística, desconsideraram questões sociais pertinentes ao uso da língua. Os adeptos dessa corrente de pensamento concebem a língua como um instrumento de comunicação, tendo como base filosófica a Pragmática, ciência que estuda o uso linguístico e, por sua vez, o sujeito no seu processo interativo. Assim, a Linguística Textual, uma das vertentes do funcionalismo, surgiu em contraste aos métodos e critérios estabelecidos pelos formalistas. A referida ciência

[...] procura ir além dos limites da frase, que procura reintroduzir, em seu escopo teórico, o sujeito e a situação da comunicação, excluídos das pesquisas sobre a linguagem pelos postulados dessa mesma Linguística Estrutural — que compreendia a língua como sistema e como código, com função puramente informativa (BENTES, 2001, p. 259).

Seus precursores entenderam que as análises realizadas no campo da Linguística Estrutural eram artificiais, praticadas em frases fabricadas para se fazer ler. Uma reflexão acerca desse contexto foi registrada por Beaugrande:

Seguindo a corrente dominante no continente europeu, esta noção de ‘gramática’ era grandemente formalista e intimamente ligada à sintaxe: tanto era um repertório de distribuições de morfemas e estruturas de frases numa abordagem descritiva, como era um sistema de regras para propiciar ‘descrições estruturais’ aos textos, numa abordagem gerativista. Contava-se com a linguística textual para justificar-se a si própria através da descoberta das restrições formais, p. ex., as conjunções e os pronomes que se aplicam ‘além das fronteiras da sentença’, em formas diferentes do que o usado dentro da sentença isolada (BEAUGRANDE, 1997, p. 75).

Embora a Linguística Textual, nos seus estudos iniciais, tenha tido um cunho gramatical, à medida que a mesma ia se desenvolvendo, os seus sucessores atentaram para a importância do contexto de uso e para a urgência de estudos que estabelecessem relações entre o texto e seus interlocutores, uma maneira de conceber o texto não apenas consoante a sua materialidade linguística. O surgimento dos estudos do texto provocou um deslocamento das visões sistêmicas de língua, já naturalizadas, trazendo para cena o sujeito.

Nesse sentido, a *langue* não é mais entendida como uma estrutura hegemônica, supraindividual e homogênea, mas, consoante Halliday (1985, p. 158), a *langue* é heterogênea, pois para ele, “[...] ela incorpora as funções que desenvolveu para servir na vida do homem social”, aspecto que conduz à asserção de que existe uma acentuada motivação, isto é, uma certa ausência de arbitrariedade linguística entre o sistema linguístico e as relações socioculturais pertinentes ao povo que o utiliza.

Bem diferente dos estudos anteriores à “década de 1960, as pesquisas linguísticas tinham como limite o estudo da frase – fonologia, morfologia e sintaxe frasal – desconhecendo os aspectos semânticos e contextuais em diferentes situações de comunicação” (MARCUSCHI, 2012, p. 11), hoje, os estudos da LT se voltam para produção, recepção e interpretação de textos. A língua é entendida como lugar de ação onde se encontram sujeitos situados social, histórica e culturalmente.

Hodiernamente, os estudos da LT podem ser pautados tanto em um enfoque sociocognitivista (KOCH, 2004), como também em uma abordagem bakhtiniana (HEINE, 2012); é por esse caminho que se seguem as nossas reflexões. A proposta bakhtiniana traz para o cenário o sujeito em outra dimensão, uma vez que é através da língua carregada de ideologia que os indivíduos atuam no mundo e se constituem como sujeitos.

Destarte, essa nova perspectiva amplia a concepção de referenciação, denominando-a de Referenciação semiotizada, tendo em vista que a LT, em todas as suas fases, (da transfrástica ao momento sociocognitivista), tem priorizado, nas suas análises, o código linguístico, excluindo os signos não verbais do processo de referenciação, erro clássico da Linguística Textual, presente exclusivamente na linguagem verbal (HEINE, 2017).

A referenciação semiotizada representa um passo substantivo nas pesquisas da Linguística Textual por excluir, de forma incisiva, a possibilidade de conceber o texto, apenas centrado no código verbal, proposta de impacto teórico, porque amplia também o fenômeno da coesão textual, haja vista a possibilidade de signos icônicos, por

exemplo, poderem ocorrer como anáforas, catáforas, âncoras textuais etc. (HEINE, 2018).

Nossa intenção, naturalmente, não é, de maneira alguma, desconsiderar a singular contribuição da LT até então presente nos estudos, mas discutir suas questões abertas, visto que há ainda muitas inquições que suscitam novas dúvidas e, conseqüentemente, novos esclarecimentos.

1.2 RETOMANDO O TRAJETO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL: TEXTO - DE PRODUTO A PROCESSO

A LT surgiu na Alemanha, na década de 1960, como uma vertente do funcionalismo. O objetivo dos seus pesquisadores era explicar as falhas cometidas pelo formalismo linguístico, que, ao isolar as frases de seu contexto situacional, não davam conta de explicar certos fenômenos:

[...] parte-se da frase para o texto. Exatamente por estarem preocupados com as relações que se estabelecem entre as frases e os períodos, de forma que construa uma unidade de sentido, os estudiosos perceberam a existência de fenômenos que não conseguiam ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou pelas teorias semânticas: o fenômeno da co-referenciação, por exemplo, ultrapassa a fronteira da frase e só pode ser melhor compreendido no interior do texto (BENTES, 2001, p. 247).

Embora o objetivo dos pesquisadores da LT tenha sido o de explicar essas lacunas, o seu objeto teórico foi abordado de diversas maneiras, levando em conta sobretudo a sua ocorrência em diversos países europeus, basicamente na Alemanha e Holanda. Segundo Marcuschi (2012), essas pesquisas surgiram simultaneamente em diversos países, possibilitando que o seu desenvolvimento não ocorresse de maneira homogênea; aliado a isso, temos o fato de que cada linha de estudo fala de um lugar diferente. De certa maneira, toda ciência tem de estabelecer suas regras, um modo de demarcar suas fronteiras. Talvez essa necessidade justifique o enfoque dado ao conceito de texto que sofreu diferentes formulações ao longo do tempo.

Desde seus primeiros tratamentos, foram estabelecidos critérios para que um texto fosse considerado como tal. O conceito de texto e sua abordagem variam de uma fase para

outra. Antos (1997) lista sete concepções de texto retratadas em diferentes abordagens. O catálogo elaborado pelo referido autor mostra o texto como objeto de análise de diferentes teorias inscritas na Linguística de Texto, ao mesmo passo em que ilustra o processo de desenvolvimento e constituição da LT, confirmando a opinião de linguistas para os quais esse desenvolvimento resulta dessas mudanças. Vejamos:

1. texto como frase complexa (fundamentação gramatical);
2. texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (fundamentação semântica);
3. texto como signo complexo (fundamentação semiótica);
4. texto como ato de fala complexo (fundamentação pragmática);
5. texto como discurso "congelado", produto acabado de uma ação discursiva (fundamentação discursivo-pragmática);
6. texto como meio específico de realização da comunicação verbal (fundamentação comunicativa);
7. texto como verbalização de operações e processos cognitivos (fundamentação cognitivista).

Considerando-se essas sete definições apontadas por Antos (1997), podemos ver que, apesar das várias designações, há aspectos que as unem entre si, tais como os elementos gramaticais, sua organização, seu tamanho e até o número de sequência de elementos interfrásticos, garantindo-lhe tal status. Dessa forma, é possível concluir que, nas suas primeiras pegadas, a ideia de texto estava diretamente ligada à materialidade linguística. Fala-se em três momentos: Análise Transfrástica, Gramáticas do Texto e Teorias do Texto. É necessário informar que, embora essa fase última tenha como alicerce filosófico a pragmática, as suas análises limitam-se ao código linguístico.

Nessa primeira fase denominada de Análise Transfrástica, os estudos limitavam-se às fronteiras interfrásticas; o foco estava voltado apenas para os elementos gramaticais explicitados na materialidade linguística. Nessa etapa, analisavam-se apenas fenômenos como “a pronominalização, a seleção dos artigos (definido e indefinido), a concordância dos tempos verbais, a relação tópico-comentário e outros” (BENTES, 2001, p. 248). Tratava-se de uma abordagem ainda presa a questões formalistas, em que apenas se levava em conta o código linguístico, excluindo, assim, os elementos pragmáticos e cognitivos e, conseqüentemente, os usuários da língua.

O texto, nessa fase, se constituía essencialmente a partir dos elementos gramaticais e tinha de ser linear/ininterrupto. Era ele resultado da justaposição de elementos linguísticos. Entendia-se “que as propriedades definidoras de um texto estariam expressas principalmente na forma de organização do material linguístico” (BENTES, 2001, p. 253). Nesse caso, ressaltavam-se os aspectos interfrásticos. Para ser considerado como tal, um texto tinha de seguir uma linearidade e demarcações de início, meio e fim. Assim, limitava-se aos processos correferenciais, ou seja, aqueles que se realizam através de uma relação de dependência entre si, conforme veremos no exemplo (1).

Exemplo (1)



(ALPINO. Disponível em: <<http://toma-mais-uma.blogspot.com/2014/08/o-tipico-eleitor-da-marina-silva.html>>)

A leitura do texto (1) nos permite contemplar um tipo de coesão correferencial clássico, pois o sintagma nominal pronominal anafórico **ela** retoma o sintagma nominal **Marina**. Podemos notar que a ligação estabelecida entre o pronome e seu referente ocorre também a partir de uma relação de predicação/concordância entre o verbo **ir**, nesse caso, **Marina ia**, **Marina foi**.

A relação mantida entre as expressões verbais **ia** e **foi** reforça a ideia de que o referente é Marina, ao mesmo tempo indica que a candidata não cumpriu a promessa. Tal incompatibilidade resulta na decepção do seu eleitor, ilustrada no proferimento do SN **bosta**. O não-verbal não seria explorado nessa perspectiva, seriam, logo, excluídos da interpretação do texto (1) aspectos relevantes como: o perfil do eleitor da referida candidata, o desencanto estampado no semblante do votante e o humor que, nesse caso, fica a cargo da contradição existente entre os termos **novo** e o ano de fundação do PSB **1947**.

Trata-se de uma análise pautada nos moldes postulados por Halliday e Hasan (1976), pois para ambos “a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento do discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro” (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 4). Esta citação nos permite observar que se trata de uma posição com resquícios estruturalistas, haja vista levar em consideração apenas aspectos formais. A coesão seria uma unidade marcada a partir de sua superfície textual, estando presa à materialidade linguística.

Já o exemplo (2) não seria classificado como texto, na medida em que não atenderia a esses critérios de organização, consoante a proposta de Halliday e Hasan; o texto deveria essencialmente apresentar, na superfície textual, marcas de coesão gramatical.

Exemplo (2)



(Disponível em: <<http://copasporai.blogspot.com.br/2014/01/atividades-com-musica-e-uma-partida-de.html>>)

Entretanto, apesar de apresentar palavras aparentemente desconectadas, trata-se de um texto coeso, processado a partir de uma série de fatores: o linguístico *stricto sensu* e o conhecimento social. Embora Halliday e Hasan (1976) tenham concebido o texto efetivado com marcas coesivas gramaticais, defendem, por outro lado, a tese da existência de uma coesão lexical.

A coesão lexical é um tipo de elo textual que se diferencia dos demais por inserir-se no domínio do léxico, na medida em que se processa apenas por meio de itens lexicais. Ela pode manifestar-se de duas maneiras: (a) a coesão por reiteração; (b) coesão por colocação. Na coesão por reiteração, o processamento se instaura ora através da repetição do mesmo item lexical, ora por meio de expressões sinônimas ou quase sinônimas (HEINE, 2000, p. 96).

O exemplo (2) nos permite contemplar esse tipo de coesão, processada através da relação entre as palavras a partir de conhecimentos sócio-cognitivos, reforçando a ideia de que a coesão não resulta apenas de uma sequência linear constituída de elementos conectivos, em geral, conjunções, advérbios e pronomes. Essa noção de coesão lexical evidencia que os referidos linguistas contemplam também textos não lineares, pois, como podemos perceber, não há uma linearidade dos elementos verbais no exemplo 2, e, ainda assim, temos um texto coeso e coerente, pois “[...] embora por razões diferentes, elementos que criam a textura pela realização da coesão entre as frases também reforçam a textura interna que existe dentro da própria sentença” (ROMANO, 2016, p. 21). Dessa maneira, não é possível conceber, a partir dos referidos linguistas, a ideia de que o texto equivale a uma sequência de sentenças postas de maneira linear, embora as pesquisas da LT, consoante o seu primeiro momento, privilegiem apenas a sua concepção de coesão textual, centrada no processo de decodificação.

A segunda fase, designada de “Gramáticas de Texto”, ainda se mostra sob o escopo teórico da Linguística Formal. Desse modo, os seus primeiros momentos mantinham um liame com o estruturalismo alimentado pelo conceito de texto, visto enquanto algo completo. Questões relacionadas à conexão estabelecida entre as frases fizeram com que os estudiosos desse momento passassem a se preocupar com as regras de combinação voltadas para a construção do texto.

O enfoque dessa fase estava voltado para a competência textual do falante, cujo objetivo principal era o de elaborar regras gramaticais que dessem conta de todo e qualquer

texto, propiciando, assim, uma sutil interface com os gerativistas. Contudo, é necessário registrar que, apesar desses liames, gerativismo e linguística textual são correntes linguísticas independentes entre si. Embora tenham avançado, seus pesquisadores consideraram ainda o texto como um conjunto de frases pautado na materialidade linguística, pondo em foco apenas estudos frasais.

Dentre as causas do seu desenvolvimento, é possível mencionar as falhas das gramáticas da frase no tratamento de fenômenos como a referência, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções, a ordem das palavras no enunciado, a entoação, a concordância dos tempos verbais, fenômenos estes que só podem ser explicados em termos de texto ou em referência a um contexto situacional. (BONIFÁCIO; MACIEL, 2018, p. 5)

Os estudiosos que defendiam e determinavam a verdade das sentenças “fabricadas” se esbarraram “em obstáculos como a presença de um ‘eu’ ou de um ‘tu’ que é preciso identificar de saída para determinar o sentido” (ARMENGAU, 2006, p. 10). Foi analisando tais aspectos que os pesquisadores começaram a perceber que um texto poderia ser coerente mesmo sem a presença de certos elementos, dando início a um terceiro momento, denominado “Teorias de Texto”.

Vê-se, pois, que o texto, nas fases citadas anteriormente, refere-se tão somente ao contexto linguístico *stricto sensu*, [...] noção que levou alguns linguistas britânicos à formulação do termo contexto, exatamente para conceituarem o texto interpretado apenas no âmbito da imanência do sistema linguístico, ou seja, uma análise textual circunscrita à forma linguística, [...]. Da fase Transfrástica e passando pelas gramáticas de texto, a LT segue à fase Construção das Teorias Textuais, o seu terceiro momento, em que o contexto pragmático ganha relevância para a compreensão do texto. (HEINE, 2012, p. 13)

Na fase pragmática, estavam os estudos que se concentravam no contexto de uso. Nessa fase, eram analisadas as condições de produção, constituição, compreensão e funcionamento textual. A intenção não era mais processar a relação entre as palavras e frases, mas o que interessava aos pragmaticistas era a relação dos signos com seus usuários. A “relação existente entre os elementos do texto deve-se à intenção do falante, ao plano textual previamente estabelecido, que se manifesta por meio de instruções ao interlocutor para que realize operações cognitivas destinadas a compreender o texto em sua integralidade [...]” (KOCH, 2009, p. 15).

Nesse momento, o texto passou a ser considerado como um processo planejado, verbalizado e construído, que não poderia ser desligado do seu contexto de produção, não estando mais preso, apenas, ao plano de regras fixas. Assim designado, desvinculou-se da noção defendida pelos formalistas, de texto enquanto um produto acabado.

Dentre muitos objetos, o texto em seu uso foi um dos instrumentos estudados pelos funcionalistas; tais estudiosos atentaram para o contexto pragmático, entenderam “a linguagem como uma atividade construída pelos interlocutores, ou seja, é impossível discutir linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando em si – Assim a linguagem não é descrição do mundo, mas uma ação” (AUSTIN, 1962 apud HEINE, 2011, p. 43); para Austin, “dizer é fazer”. É com o intuito de mostrar a dinamicidade da língua que ele introduz o conceito de performativo. Para o referido autor, quando falamos, executamos três atos:

- Locutório: centrado no nível fonético, sintático e de referência. Corresponde ao conteúdo linguístico *usado para dizer algo*;
- Ilocutório: está associado ao modo de dizer algo e ao modo como esse dizer é recebido;
- Perlocutório: corresponde à indicação de efeito sobre o outro.

A grande contribuição da Pragmática nos estudos linguísticos é a consideração do sujeito no processo comunicativo, antes não contemplado pelos formalistas. No entanto, trata-se de um sujeito individual, consciente e intencional que produz um enunciado para atingir um objetivo. “A intencionalidade refere-se aos diversos modos como os sujeitos usam textos para prosseguir e realizar suas intenções comunicativas, mobilizando, para tanto, os recursos adequados à concretização dos objetivos visados [...]” (KOCH, 2009, p. 42). Os textos publicitários, por exemplo, são produzidos para convencer o consumidor a escolher sua marca em detrimento de outra; isso confere um forte grau de persuasão a esse gênero. A ambiguidade presente na propaganda do chocolate Bis ilustra bem essa intencionalidade.

Exemplo (3)



(Disponível em: http://blogdoheliogordo.blogspot.com.br/2015_05_29_archive.html)

Apesar de terem formulado a seguinte pergunta: **Em quanto tempo você engole tudo?** o objetivo era chamar a atenção para o aumento da porção do lanche; esse propósito é intensificado no emprego do termo **Big**, destacado em vermelho. No entanto, o sentido duplo gerou contestação e reações adversas dos consumidores que classificaram a propaganda ofensiva que transfere uma carga erótica ao comercial, aspecto que gerou polêmica. Vemos que a ambiguidade interpretativa presente no texto se intensifica por causa da alusão feita ao tamanho e ao ato de engolir:

Sinalizamos que o verbo “comer”, na linguagem popular, serve para designar tanto o comportamento de se alimentar como o ato sexual. O Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI inclui essa dupla conotação: “Chulo. Possuir sexualmente; copular com; papar, traçar, faturar”. (NASCIMENTO, 2007, p. 111)

Outro ponto que favorece a ambiguidade é o fato de o chocolate ser considerado um alimento afrodisíaco. Desse modo, ainda que os conteúdos intermediários se relacionem fortemente com o antecedente, nesse caso a barra de chocolate, a interpretação pode resultar mais frágil, atestando a importância da intencionalidade, tão defendida pelos pragmáticos, na atribuição de significação das palavras.

1.2.1 A dimensão dos estudos da LT na perspectiva sociocognitivo-interacionista e na perspectiva bakhtiniana

A partir da década de 1990, a LT alcançou um novo momento a partir da proposta apresentada por Koch (2004), denominada como a “Virada cognitivista”, que resulta de “uma reação ao então dominante behaviorismo [...]”. Tal perspectiva entende as ações verbais como “conjuntas, já que usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma ação em que ela é o próprio lugar onde a ação acontece necessariamente em coordenação com os outros” (KOCH, 2004, p. 31). Com isso, o texto é entendido como uma atividade procedural, ou seja, sua origem está ligada a uma série de operações cognitivas e culturais, não se separa língua de corpo.

Ele resulta da atividade humana e qualquer manifestação de linguagem ocorre no interior de uma cultura. A valorização do social se configura como a grande contribuição dessa proposta, visto que “a LT não defende mais o sujeito – origem de dizer, que constrói o sentido, consoante a pragmática de linha dura [...]” (HEINE, 2016, p. 20). Um sujeito que sobreponha suas vontades sobre outrem.

Em uma visão sociocognitivista, o texto é visto “como lugar de inter-ação entre sujeitos sociais, isto é, de sujeitos ativos, empenhados em uma atividade sociocomunicativa” (KOCH, 2009, p. 19). Resulta de ações colaborativas mútuas entre os interlocutores que no jogo da linguagem mobilizam uma série de estratégias e conhecimentos para produção tanto do texto quanto de seus sentidos.

Segundo Heinemann e Viehweger (1991), o processo de construção textual ocorre a partir de uma interligação entre diferentes conhecimentos: linguístico, enciclopédico, interacional; e o referente, a modelos textuais globais; todos resultam de experiências vivenciadas, o que lhes atribui um caráter empírico. No início de aquisição desses conhecimentos, o indivíduo lhes confere certa individualidade pois são eles fruto do seu olhar; mas, a partir de suas partilhas com outros sujeitos, adquirem uma pluralidade.

A “interação discursiva se dá na construção de sentidos mediados pelos interlocutores da comunicação, sempre pautada em pontos “instáveis” e “dinâmicos” da teia referencial” (LÉ, 2012, p. 34). Nessa perspectiva, a língua é mais generosa, os sujeitos têm direito a fazer escolhas. Ao iniciar a produção de um texto, o autor tem ao seu alcance um leque de possibilidades; embora tenha o direito de impor certos limites, cabe a ele a função de guiar o seu leitor. Assim, o texto não está pronto, traz consigo uma série de lacunas que deverão ser

preenchidas por quem o ler; para tanto, o leitor recorre a uma série de conhecimentos cognitivos. Assim, Koch postula que o texto é

[...] resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso (KOCH, 2004, p. 21).

Os referidos saberes acumulados não são efetuados tendo por base o conceito de referência, e, sim, o de referenciação, entendida como uma atividade discursiva. É nesse processo que reformulamos a realidade; sendo assim “[...] o conceito de referência não perpassa simplesmente por uma representação extensional de referente do mundo extramental. A realidade é construída, mantida e alterada, pela forma como sociocognitivamente o sujeito interage com o mundo” (LEITE; MARTINS, 2013, p. 44).

A partir de Koch (2004), a LT substitui a noção de referência defendida por Halliday e Hasan (1976), dando espaço ao conceito de referenciação e, conseqüentemente, à concepção de objetos de discurso. Em seguida, veremos uma análise confirmando o pressuposto de que os objetos de discurso não precisam estar explicitamente materializados no texto.

Exemplo (4)



(ALPINO. Disponível em: < <http://intricissitudes.blogspot.com/2010/09/>>)

A parte não verbal, constituinte do texto, nos permite ver a ex-presidente Dilma Rousseff proferindo um discurso. Ela veste um casaco vermelho, cor que representa o Partido dos Trabalhadores (PT) ao qual é afiliada. Está diante de um púlpito, plataforma usada por membros de igreja, mas também por políticos. Chama a atenção o fato da sua plateia não ser constituída por eleitores comuns, mas por uma freira, um judeu, ao que nos parece, um monge e um representante de outra religião. Temos uma freira representando a Igreja Católica, mas, levando em consideração o papel exercido pela mulher na referida instituição, nos perguntaríamos: por que uma freira e não um padre? Se pensarmos em uma fila, ela ocupa o primeiro lugar, situação que propicia uma aproximação com Rousseff.

Trata-se de duas mulheres que ocupam lugares de destaque. Partindo do verbal, notamos que a ex-governante tenta se defender de alguma acusação e o faz pedindo para que seu público não acredite nos boatos da oposição. A apelação se intensifica através de três termos: **irmãos, boatos e oposição**. Ao se referir a todos como irmãos, ela acaba se igualando a eles. O termo **boatos** põe em xeque à veracidade das acusações.

Por fim, o SN **oposição** deslegitima os acusadores, confirmando que “a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam suas percepções, seus saberes, quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo” (KOCH, 2009, p. 56). No entanto, temos uma sombra refletida na parede; ela não segue os contornos daquela que representaria, pois tem dois chifres. O efeito de sentido ocorre a partir daí, na mesma medida em que a sombra acarreta em uma demonização de Rousseff, ela atribui humor à *charge*. A imagem denuncia algo - a culpa. Seria a ex-presidente inocente? Isso fica a critério do leitor e de suas ideologias, visto que

[...] as práticas linguísticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das retificações de concepções individuais e públicas do mundo”. (MONDADA; DUBOIS, 2015, p. 20)

Esse autor não pode ser tomado, portanto, como aquele que age sobre outrem. O texto é carregado de vozes. Esses sujeitos se constroem discursivamente, no e pelo discurso; eles concordam, discordam, emitem juízos de valor diante do que foi posto pelo seu interlocutor. A partir desse novo olhar, Heine (2012) afirma que tendo “[...] como ponto de partida as

contribuições de Bakhtin, não se pode, diante das propostas da Linguística Textual, considerar que existe um sentido textual preestabelecido e desvinculado de ideologias” (HEINE, 2012). Sendo assim, a referida autora sugere que o texto seja considerado como:

[...] um evento dialógico, semiótico, falado, escrito, abarcando, pois, não somente o signo verbal, mas também os demais signos no seio social (imagens, sinais, gestos, meneios de cabeça, elementos pictóricos, gráficos etc.). Assim compreendido, apresenta-se constituído de duas camadas que se imbricam mutuamente: a camada linguístico-formal, que consiste dos princípios morfofonológicos, sintáticos, semânticos; e a camada histórico-ideológica, caracterizada pelo processamento de sentidos inferenciais e efetivada a partir de diferentes estratégias (conhecimentos de mundo, conhecimentos partilhados, intencionais, conhecimentos ideológicos, dentre outros) que vão alicerçar a construção desses sentidos. (HEINE, 2017)

Não é novidade que a inserção das tecnologias nas sociedades tem proporcionado um impacto nos modos de interação entre sujeitos e as diferentes ocorrências de texto, que estão cada vez mais imagéticos. Tomar o texto enquanto um evento semiótico significa considerar todos os seus constituintes verbais e não verbais, como um todo significativo; fato que nos possibilita compreender de que maneira os signos icônicos interferem nas configurações, reconfigurações, bem como no próprio modo de conceber o texto. Por isso, entendemos a importância de utilizarmos gêneros híbridos para falarmos sobre os novos recursos usados pelos interlocutores na interpretação de textos.

Heine (2017) possibilita um alargamento da noção de texto, pelo fato de ele contemplar todo tipo de linguagem semiótica, visto que a linguagem, do ponto de vista bakhtiniano, considera que “os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana [...]” (BAKHTIN, 2010, p.261), ou seja, a língua ganha vida no discurso e todas as manifestações que tenham a interferência do homem constituem-se como linguagem, enunciado, texto.

Além disso, a proposta torna-se mais agregadora por estabelecer como condição necessária para significação textual a articulação entre duas camadas: a linguístico-formal e a camada histórico-ideológica. Embora saibamos que muitos estudos da LT são, hoje, tratados sob a luz do sociocognitivism, a concepção de texto cunhada por Ingedore Koch não contempla, de maneira explícita, o termo ideologia.

Considerar o texto enquanto um evento dialógico significa não desvinculá-lo das práticas humanas. “Nesse sentido a compreensão não pode ser entendida como uma tautologia

ou uma mera duplicação do texto. Quem compreende se torna participante do diálogo donde emergiu o texto e do diálogo que o texto suscita” (FARACO, 2007, p. 45). Temos não só um autor, mas um leitor responsivo que exclui, aceita, posiciona-se.

A autoria não está mais relacionada à posse da palavra, o leitor apropria-se da palavra quando lê um texto, tornando-se também autor deste, uma vez que o “dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos” (BRAIT, 1996, p. 78).

O texto é construído a partir de uma série de negociações que refletem no sentido, já que todo signo é um produto ideológico que, para ter significação, tem de manter relação de aproximação com outros já conhecidos. Ilustrando tal fato, a marca de sabão OMO, no exemplo a seguir, traz em suas iniciais o ideal defendido e disseminado em suas propagandas.

Exemplo (5)



(Disponível em: <<http://www.virgula.com.br/comportamento/dia-da-mulher-comerciais-que-ainda-insistem-na-versao-amelia/#img=1&galleryId=1074114>>.)

A sigla resulta da abreviação de *Old Mother Owl* em português significa *velha mãe coruja*. É assim que a marca do sabão se coloca, como um parceiro que acompanha e cuida de sua clientela. À primeira vista, o termo revoluções nos remete à emancipação da mulher. Como já sabemos, o nome OMO faz referência à figura materna, exageradamente cuidadosa. Se

pensarmos no contexto em que o sabão foi lançado, a mulher era a responsável pelos afazeres domésticos, ela era quem lavava as vestes dos membros da casa. Nesse tempo, as roupas eram lavadas à mão, a mulher tinha de usar força e energia. A máquina de lavar roupas funciona, então, como um símbolo da emancipação feminina. Acompanhando esse progresso, a OMO passa a fabricar o detergente na versão líquida para ser usado em máquinas de lavar.

De acordo com Brait (1996, p. 65), “tanto a linguagem verbal quanto a visual são acionadas de forma a provocar interpenetração e conseqüente atuação conjunta”. O imagético nos dá conta de que as revoluções não são atingidas apenas pelos seus consumidores, basta ver a variedade de produtos expostos na propaganda. Quando lançado, em 1908, a marca só dispunha de um tipo de sabão; hoje, ela possui uma variedade de produtos: sabão em pó em diversas formas, fragrâncias e funções, amaciantes etc. Tudo para facilitar a vida de seus consumidores. Nesse contexto, a *hashtag* #pequenasrevoluções retoma tanto as revoluções alcançadas pelas mulheres quanto pelo produtor de detergente.

Então, em suas diferentes tipologias, o texto foi considerado como atividade verbal: atividade verbal consciente e atividade interacional. Mesmo muitos, os critérios não resultaram em uma noção estanque do termo. Essa é uma questão que continua aberta, não podendo ser diferente sendo ele produzido por sujeitos, fato que lhe atribui uma natureza susceptível a mudanças. Outro ponto relevante é a influência que as concepções de língua e sujeito exercem sobre o conceito de texto. Segundo Koch (2002), “o conceito de texto está associado diretamente à concepção de língua e de sujeito”. É nesse ponto que focaremos as discussões da próxima seção.

1.3 LÍNGUA, SUJEITO E TEXTO: A MUTABILIDADE CONSTITUTIVA

Assim como Koch (2009), entendemos que as acepções de língua e sujeito refletirão na concepção de texto; por isso se fazem necessárias para se pensar essas mudanças, visto que as especificações sobre os papéis desempenhados por ambos vão delimitar tal noção. Tentaremos relacionar as diferentes concepções de texto listadas acima com seus respectivos conceitos de línguas e sujeitos. São três as concepções adotadas nas diferentes fases da LT: a língua como expressão do pensamento, como estrutura e como lugar de interação.

A visão de língua como expressão de pensamento foi influenciada pelo racionalismo, proposta que teve como precursor René Descartes.

A existência de ideias ou objetos na mente, que seriam transmitidos através da linguagem – de maneira imperfeita –, foi uma posição dominante na tradição filosófica ocidental até o começo do século XVIII, pois tal como em Descartes, Locke e na lógica de Port-Royal, o que temos é uma concepção de realidade à qual nossas ideias devam corresponder ou espelhar. (CAMBRUSSI; FERREIRA, 2011, p. 46)

O indivíduo era dotado de razão, constituído de um núcleo que nasce com ele e o acompanha durante toda sua vida sem sofrer influências externas. Nessa perspectiva, o texto era entendido como “um produto – lógico – do pensamento (representação mental) do autor, nada mais cabendo ao autor/ouvinte senão captar essa representação mental, juntamente com as intenções psicológicas do produtor, exercendo, pois, um papel essencialmente passivo” (KOCH, 2009, p. 16). Os estudos estavam focados na relação existente entre pensamento e linguagem, sendo que havia uma primazia do pensamento sobre a linguagem.

Mas, com o passar do tempo, os estudiosos que se debruçaram sobre essa questão foram anunciando algumas divergências em relação às teorias; assim, surgiram correntes que se contrapunham à ideia de língua como expressão de pensamento. Seguindo o curso das mudanças, a língua passa a ser entendida como uma estrutura. Nessa perspectiva, é considerada como um sistema abstrato e social, “um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente” (MARTELOTTA, 2012, p. 114).

Dessa forma, deixa de ser controlada pelo falante, passando a operar uma força sobre o sujeito “assujeitado pelo sistema”. Esse absentismo transfere ao sujeito o *status* de ponte, um meio para que a linguagem expresse a si mesma. Desse modo, “o texto é visto como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código, já que o texto, uma vez decodificado, é totalmente explícito” (KOCH, 2009, p. 14).

Por fim, surge uma visão agregadora, a língua é entendida como lugar de interação trazendo à tona um sujeito que vem para preencher a lacuna existente entre o interior e o exterior, habitando o não-lugar. Esse sujeito é influenciado pela estrutura, mas não está preso a ela, pois representa mudança. Sendo assim, “o texto passa a ser considerado como o próprio lugar de interação [...]” (KOCH, 2009, p. 16). Como postulou Bakhtin o é sujeito constituído de um eu para si e um eu para o outro. Trata-se de um ser caleidoscópico. É essa a concepção de sujeito na qual acreditamos, a do sujeito social, constituído em uma “relação dinâmica com a alteridade”.

1.4 GÊNEROS DISCURSIVOS

Ao delimitarmos nosso escopo, tornou-se viável um estudo acerca das questões que permeiam a definição de gêneros discursivos que, apesar de o termo ter sido cunhado por Bakhtin, remonta a tempos aristotélicos. Inicialmente, tomando como base a *Poética* de Aristóteles, a classificação dos gêneros se restringia apenas aos textos literários, sendo os mesmos classificados de acordo com a pessoa da narrativa: a lírica era a poesia expressa pela primeira pessoa; o gênero épico era contado pela segunda e o drama era relatado por uma terceira voz. Platão, por sua vez, apresenta um quadro ainda mais enxuto, ao propor uma classificação binária,

[...] cujas esferas eram domínios precisos de obras representativas de juízos de valor. Ao gênero sério pertencia a epopeia e a tragédia; ao burlesco a comédia e a sátira. Já em a República, Platão elabora a tríade advinda das relações entre realidade e representação. Ao gênero mimético ou dramático pertencem a tragédia e a comédia; ao expositivo ou narrativo, o ditirambo, o nomo e poesia lírica; ao misto a epopeia. (MACHADO, 2005, p. 151)

A sistematização, pautada pela tradição greco-latina privilegiou a Literatura, além de ter seus parâmetros baseados no caráter estético e ético, o que não correspondia, necessariamente, à realidade cotidiana dos interlocutores. Tal distanciamento foi intensificado a partir do estabelecimento de uma hierarquia entre os gêneros, que levava em consideração a aproximação ou o afastamento da realidade divina estabelecida por Platão. Assim como Platão e Aristóteles, o filósofo Michail Bakhtin muniu-se da literatura para estudar os gêneros, mas, ao analisar o romance, o referido filósofo se encantou por sua carga discursiva.

Consoante Machado (2005, p. 153), foi nesse gênero literário que Bakhtin encontrou “a representação da voz na figura dos homens que falam, discutem ideias, procuram posicionar-se no mundo. Isso para não dizer que, no romance, a própria cultura letrada se deixa conduzir pelas diversas formas discursivas da oralidade contra as quais ele se insurgira”.

Bakhtin percebeu que, ao contrário dos outros gêneros literários, o romance trazia em sua genealogia uma pluralidade de vozes, a essa heterogeneidade atribuiu-lhe o nome de polifonia, um olhar que se volta para coletividade. Em sua analogia, o sujeito ao produzir um texto, seja ele oral ou escrito, precisa lançar mão de mecanismos que o caracterizem, sendo necessária para sua concretização uma organização textual ordinária. O referido filósofo atribuiu, também, a esfera prosaica à infinidade dos gêneros do discurso:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2003, p. 262)

Como podemos ver, os gêneros discursivos são respostas a demandas sociais, na medida em que provêm das interações entre os interlocutores; eles são mutáveis e, por conta dessa versatilidade, compõem uma fonte inesgotável. A respeito disso, Bakhtin ([1979] 2011, p. 262) afirma que “[...] evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”.

Os gêneros não estão, portanto, presos a um número limitado de possibilidades: cartas, contos, receitas e poesia são apenas alguns exemplos de diferentes formas de exposição textual que “surgem emparelhados às necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas” (MARCUSCHI, 2002, p. 19). Daí a sua importância singular, pois retratam as práticas sociais de uma determinada comunidade.

A diversidade e presença massiva desses gêneros em nosso cotidiano constata a relação entre os gêneros e o seu “campo de utilização”. Presenciamos, por exemplo, uma explosão de gêneros surgidos no âmbito da internet (os gêneros digitais). A respeito desse *boom*, Crystal (2001) diz que “o impacto da internet é menor como revolução tecnológica do que como revolução dos modos sociais de interagir linguisticamente”. Para explicar a dinâmica desse processo, Bakhtin (2010) distingue os gêneros discursivos primários (da comunicação cotidiana) dos gêneros discursivos secundários (da comunicação produzida a partir de códigos culturais elaborados, como a escrita. Sobre essa bipartição, Lé (2012) faz as seguintes considerações:

[...] os primários se formam em condições de comunicação discursiva imediata, ao passo que os secundários surgem nas condições de convívio social mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado – artístico, científico, sociopolítico etc. No primeiro tipo pode-se incluir, por exemplo, o diálogo cotidiano; no segundo tipo podem-se destacar os romances, as pesquisas científicas, entre outros gêneros oriundos de situações sociais mais complexas. (LÉ, 2012, p. 50)

Os primários estão situados na esfera prosaica da linguagem, ao ponto que os secundários pertencem à modalidade da língua escrita. Temos como exemplo de tais variações o *e-mail* e o *blog*, assim, para Koch e Elias (2012), ambos podem ser considerados como “práticas sociais e comunicativas decorrentes das variações (“transmutações”) da carta e do diário, respectivamente, propiciadas pelas recentes inovações tecnológicas, proporcionando uma ampliação dos gêneros.” É importante frisar que esse processo de mudança acaba proporcionando uma ampliação dos gêneros e não a substituição de um por outro, como, por exemplo, o e-mail não vai substituir a carta. Assim, múltiplos e variados gêneros são transmutados em outros, inclusive, os chamados “gêneros digitais” ou “emergentes”.

1.4.1 Gênero discursivo *charge*

A *charge* é muitas vezes entendida como caricatura por conta da relação existente entre os elementos não verbais e o humor satírico que constituem esse gênero discursivo; trata-se de um gênero híbrido, composto por signos verbais e não verbais, que se apresenta com maior frequência em um quadro único. A exposição dos elementos verbais ocorre de maneira parecida com as histórias em quadrinhos: na maioria das ocorrências, a fala das personagens aparece em balões; nas *charges* em análise predomina o chamado “balão-fala”; considerado como o tipo mais comum de balão, esse modelo possui um contorno nítido e bem definido.

A união entre os enunciados curtos e o não verbal garante um alto poder de condensação a esse gênero discursivo que, apesar de compacto, traz em si várias informações. O texto chárstico tem como objetivo principal fazer uma denúncia a um determinado acontecimento, geralmente, relacionado à esfera política. O fato de ter como objeto fatos polêmicos atribui certo grau de efemeridade ao referido gênero, não no sentido de desvalorização, ao contrário, tal característica exige do seu leitor conhecimento a respeito do assunto abordado. Desse modo, ele tem de fazer diversas relações para construir o contexto necessário para interpretação do texto.

O cartunista Alpino, em boa parte de suas *charges*, usa legendas no canto superior esquerdo do quadro, tal artifício é empregado para marcar o tempo cronológico do fato ilustrado no texto situar o leitor em um momento específico de um acontecimento; e acrescentar informações utilizadas para que o interlocutor compreenda o teor crítico e humorístico do texto.

No exemplo (10) a seguir, a legenda destacada pela cor vermelha deixa o leitor ciente de que o texto fala sobre a participação do ex-diretor da área Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, no esquema da Lava Jato, quando foram identificadas fraudes na contratação de navios-sonda usados na perfuração de águas profundas na África e no México, configurando, assim, o crime de lavagem de dinheiro.

Exemplo (6)



(ALPINO, 2014. Disponível em: <<http://www.tribunadainternet.com.br/charge-do-alpino-224/>>)

Geralmente, os políticos e seus asseclas negam qualquer tipo de participação nos crimes dos quais são acusados. Nestor Cerveró, logo, refuta sua atuação no esquema fraudulento. Ao analisar o exemplo (10), verificamos que a postura adotada pelo político, de manter o dedo indicador levantado, intensifica o tom de ameaça presente na fala **digo isso olhando olho no olho** que funciona como uma resposta a seu interlocutor. Todavia, o contraste entre o código verbal (legenda e a fala de Nestor Cerveró) e o não verbal (as características físicas da personagem, mais precisamente a falta de simetria que há entre seus olhos) põe em cheque a integridade do político, além de atribuir humor ao texto. O gênero chágico “cumpre um ritual ambivalente, porque conjuga elementos díspares, ao figurar a autoridade e destroná-la e ao apontar a ordem instituída pelo reverso de sua aparência séria.” (ROMUALDO, 2000,

p. 15) Logo, a ambiguidade causada pela junção de crítica pesada e humor remete a riqueza desse gênero.

1.4.2 Gênero discursivo propaganda

O gênero propaganda é constituído por uma série de elementos linguísticos, pictóricos, tipográficos, sonoros etc; interligados para despertar o interesse do interlocutor por um determinado serviço ou produto, sendo o referido gênero responsável pela promoção da marca entre seus consumidores.

A palavra publicidade significa, genericamente, divulgar, tornar público, e propaganda compreende a ideia de implantar, de incluir uma ideia, uma crença na mente alheia. Comercialmente falando, anunciar visa promover vendas e para vender é necessário, na maior parte dos casos, implantar na mente da massa uma ideia sobre o produto. Todavia em virtude da origem eclesiástica da palavra, muitos preferem usar publicidade, ao invés de propaganda; contudo hoje ambas as palavras são usadas indistintamente (SANT'ANNA, 1998, p. 75)

O fato de ter como foco convencer os interlocutores a aderirem ao produto anunciado faz com que sua linguagem híbrida seja eminentemente persuasiva, pois há um processo de conversão/transformação onde as informações sobre bens são transformadas em argumentos persuasivos. Nesse contexto, a intencionalidade e o público alvo vão interferir nas escolhas lexicais, construções sintáticas e estilo do enunciado. É interessante dizer que a propaganda publicitária é criada para seduzir o cliente, não para manipulá-lo. Vejamos o seguinte exemplo:

Exemplo (7)



(Disponível em: <http://paulobraccini-filosofo.blogspot.com.br/2014/08/vai-uma-picanha-ai.html>)

Em busca de atrair consumidores, a Bob's revela o segredo do seu hambúrguer **Picanha cheddar bacon**: *cheddar* cremoso, *cebolas ao molho shoyo*, *bacon em tiras*, *hambúrguer picanha*, mais hambúrguer picanha; ao listar os ingredientes que compõem o sanduíche eles provocam no interlocutor a vontade de comer o hambúrguer. Os elementos verbais e não verbais exercem diferentes funções em uma propaganda: completar, reforçar ou direcionar a interpretação do texto. No que diz respeito aos elementos não verbais, a imagem do hambúrguer juntamente com o sinal (+ mais) apontam para a quantidade acrescida de carne no lanche. Podemos, ainda, verificar que o pano de fundo e a mesa possuem a mesma coloração do hambúrguer; é como se o ambiente se rendesse a ele. No que se refere aos elementos verbais, as palavras são escritas em vários formatos: a fonte usada no SN **O segredo do** parece ser manuscrita, o que nos remete a um caderno de receitas de família; já os componentes que dão nome ao hambúrguer foram escritos em tamanhos maiores. Há também uma linha pontilhada que liga cada ingrediente verbalizado ao seu correspondente imagético, essa relação funciona como um irrecusável convite.

2 A REFERENCIAÇÃO NO PROCESSO DE TECELAGEM TEXTUAL

É impossível pensar que o surgimento da linguagem começaria com a designação de objetos por palavras e daí para ligá-los. Na realidade, o discurso não está integrado às palavras que o precedem, mas é o contrário: as palavras vêm do discurso como um todo. (HUMBOLDT, 1990, p. 98)

A discussão sobre referência tem lugar de destaque na Linguística Textual (LT). Assim como aconteceu com o objeto texto, a noção de referência passou por diferentes formulações ao longo do tempo. Geralmente, são apresentadas três perspectivas: a primeira, baseada na metáfora do espelho, tem como mentor o filósofo alemão Gottlob Frege (1892). A segunda é defendida por Halliday e Hasan (1976), que entendem a referência consoante seu enfoque coesivo, cujo processo se efetiva, sobretudo, a partir da remissão pautada na decodificação. Por fim, a terceira concepção, postulada por Mondada e Dubois (1993), propõe uma visão discursiva denominada de referenciação, vista eminentemente como uma prática discursiva, na qual se verificou que o referente não precisa necessariamente estar explícito, suscitando, assim, um maior grau de inferência. Discutiremos, também, neste capítulo, os conceitos de anáfora indireta, pondo em foco a anáfora encapsuladora, bem como a proposta de referenciação semiotizada (HEINE, 2017).

2.1 A REFERÊNCIA EM SUAS PERSPECTIVAS

Referência como *speculum* da realidade

Uma das principais indagações feitas pelos precursores da filosofia da linguagem diz respeito à relação existente entre as coisas do mundo e suas designações. Por muito tempo, defendeu-se a ideia de língua como *speculum* da realidade, ou seja, a língua não passava de um mero reflexo das coisas do mundo e acreditava-se, também, que a língua podia ser mapeada. Tais pensamentos motivaram o surgimento de gramáticas que “[...] foram concebidas para corresponder a uma lógica profunda subjacente à língua e destinadas a capturar as estruturas do

mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 18). Assim, a língua adquiria o *status* de “sistema de etiquetas”.

Corroborando com essa perspectiva, o lógico Gottlob Frege (1879), considerado responsável pelo grande impulso da filosofia da linguagem, buscou autenticar essa relação de equivalência entre palavra e coisa, ou seja, um estudo da busca pela verdade da palavra. O filósofo tinha como pretensão ampliar os estudos desenvolvidos por Kant e, conseqüentemente, negar a necessidade de se recorrer à intuição no processo de significação das palavras, afastando a possibilidade de ambigüidades; assim, ele vai distinguir sentido de referência.

Ao analisar se a identidade resulta das relações entre os objetos ou os conceitos dos objetos, Frege chega a duas conclusões: (1) a relação entre objetos não passa de mera tautologia – uma redundância e (2) a relação entre os conceitos implica uma descoberta. Sendo assim, o referido autor descarta a hipótese de a identidade ser apenas uma relação entre objetos. Dessa forma, Heine (2018, p. 7) vai asseverar que “nesta perspectiva, Frege entende a referência como algo construído numa relação direta entre linguagem e mundo, ou seja, entre um signo linguístico e o objeto no mundo real, já o sentido é intersubjetivo porque ele está ligado à maneira de apresentação do objeto”.

O filósofo Frege deu um grande impulso à teoria do significado ao estabelecer a distinção entre sentido e referência, reflexão que abriu caminho para as pesquisas da filosofia da linguagem, em especial, à desenvolvida em Cambridge – Inglaterra. Para ele, era importante “explicar como podemos, através da linguagem, representar e compreender o mundo” ou ainda como “a linguagem é capaz de espelhar a estrutura da realidade” (COSTA, 2006, p. 26).

Com o desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem, os teóricos que se debruçaram sobre essa questão foram anunciando algumas divergências em relação à teoria; desse modo, surgiram paradigmas que se contrapõem à ideia de língua como espelho da realidade. Nesse sentido, destacam-se as pesquisas desenvolvidas pelos linguistas Halliday e Hasan (1976) e Mondada e Dubois (1993).

Referência para Halliday e Hasan

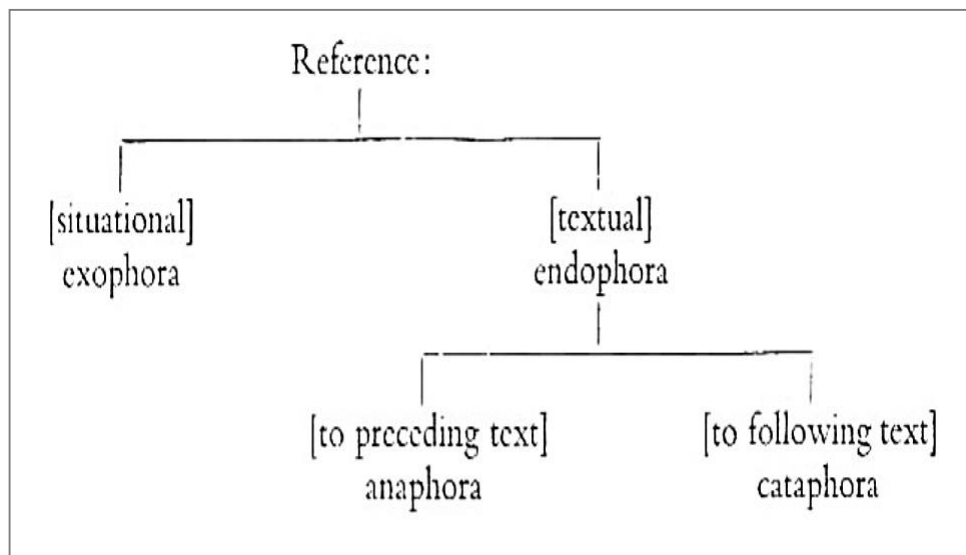
Nessa perspectiva, sobressaem os teóricos Michael Halliday e Ruqaiya Hasan (1976), que, ao desenvolverem pesquisas sobre a coesão textual, atentam para o fato de que esse mecanismo não resulta de uma integração sintática, mas se forma a partir de relações de

significação mantidas entre as orações, ou seja, “o texto não se resume em frases, é algo que difere das frases e sentenças por ser uma unidade que busca o sentido e não a forma” (SANTOS, 2017, p. 35).

Desse modo, a referência passou a ser entendida consoante seu enfoque coesivo, cujo processo se efetiva, sobretudo, a partir da remissão pautada na materialidade linguística. Os referidos teóricos vão informar que “há certos itens na língua que têm a propriedade de referência, ou seja, em vez de serem interpretados semanticamente por si sós, fazem referência a algo mais para sua interpretação” (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 31).

A noção de referência de Halliday e Hasan está situada em dois planos: o situacional e o textual, ilustrados no esquema a seguir:

Esquema (1)



(HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 33)

De acordo com os referidos linguistas, o referente do exofórico se efetiva a partir da instância discursiva, isto é, faz referência a algo extralinguístico, que não se encontra no cotexto. Já a referência endofórica, considerada como a textual, abrange a materialidade linguística *stricto sensu*. A título de exemplificação, tem-se:

Exemplo (8)



(ALPINO. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/charges-alpino-slideshow-wp-123501545/photo-p-p-photo-123501707.html>>.)

A *charge* de número (6) diz respeito ao vídeo que circulou na internet, em que o ex-ministro *Ciro Gomes* relata qual seria a sua reação se o juiz *Sérgio Moro* expedisse um mandado de condução coercitiva contra ele. A decepção do telespectador que esperava que *Ciro Gomes* afirmasse ser inocente atribui humor ao texto e revela o anseio do eleitor por políticos honestos. Pode-se destacar o pronome pessoal de terceira pessoa do singular (**ele**), na fala do personagem, como um exemplo de endófora, pois remete para o referente que está dentro do texto (materialidade linguística). Todavia, tem-se também uma referência exofórica, através da ocorrência do pronome elíptico *eu*, conforme enunciado a seguir: **Achei que ele ia dizer que era inocente**, também extraído do exemplo 6.

O pronome “eu” pertence ao tipo de linguagem denominado por *Morris* (1938) de pragmática, realizando-se sobretudo em textos falados. Esses traços peculiares aos pronomes pessoais manifestam a propriedade fundamental de *eu/tu* como dados da organização referencial dos signos linguísticos, por terem a sua referência própria e não remeterem a uma noção cristalizada e virtual (*HEINE*, 2000). Portanto, a referência exofórica depende do contexto imediato (*HALLIDAY*; *HASAN*, 1976, p. 34).

O exemplo em análise se efetiva através de um texto, constituído por signos verbais e signos não verbais, porém a LT, em todas as suas fases, excluiu os signos não verbais no

processo de referenciação, lacuna que levou Heine (2017) a ampliar a noção de referenciação para referenciação semiotizada.

Embora a obra de Halliday e Hasan (1976) tenha se tornado o ponto de partida para o estudo dos mecanismos textuais, convém registrar que as reflexões sobre o tema têm sofrido algumas críticas.

Em geral, elas incidem basicamente na questão do conceito de texto e na distinção entre a exófora e a endófora, bem como na noção de referência. Quanto à primeira restrição, alguns linguistas, como Brown e Yule (1983, p. 200-201), demonstram que os dispositivos de coesão (vistos como essenciais para definir o conceito de texto por aqueles autores), não são necessários nem suficientes para tornarem um conjunto de frases num texto, pois há sequências de enunciados sem os clássicos dispositivos coesivos, que se constituem textos, porque são processados a partir de *frames*, conhecimentos partilhados entre o autor-leitor, bem como fatores de contextualização. Há, também, sequências de enunciados com elementos coesivos e que entretanto não chegam a formar um texto. (HEINE, 2012, p. 20)

Por fim, a terceira concepção, postulada por Mondada e Dubois (1993), que entendem a referenciação como uma prática discursiva, na qual a língua é vista como sistema simbólico, histórico, social e não transparente. A seguir, apresentamos, de maneira sucinta, algumas reflexões sobre a referida abordagem.

2.2 REFERENCIAÇÃO: CONSTRUINDO OBJETOS DE DISCURSO

Para Mondada e Dubois (2015), no processo de referenciação, não há “[...] uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas há uma relação entre o texto e a parte não-linguística da prática em que ele é produzido e interpretado” (MONDADA; DUBOIS, 2015, p. 20). O texto está aberto a várias interpretações, tendo várias possibilidades de leituras que permitem a participação do leitor, consoante os chamados jogos de linguagem (Wittgenstein).

Os sentidos são partilhados, mas, para que haja a compreensão textual, não pode haver disparidade entre os conhecimentos dos interlocutores. A referenciação, entendida como um processo dinâmico de reformulações e negociações, rejeita veementemente a concepção de referente, visto que essa nomenclatura está atrelada à noção de um objeto dado

aprioristicamente ao discurso; por outras palavras, a referida acepção encontra-se circunscrita à fórmula segundo a qual todo elemento anafórico refere-se a um antecedente; o antecedente é uma entidade linguística que se realiza na superfície do texto antes da anáfora. Daí o seu traço correferencial, conforme o excerto a seguir:

A correferência é um tipo de coesão textual que se caracteriza por relacionar duas expressões que possuem exatamente o mesmo referente. O seu processamento pode envolver um sintagma nominal pleno e um SN pronominalizado. Tendo como característica a reativação do referente idêntico ao do seu sintagma nominal antecedente, acredita-se ser possível que esta operação também ocorra entre sintagmas nominais, desde que o seu princípio de funcionamento seja respeitado, i. e., desde que a expressão recupere o mesmo referente do seu antecedente. O processo de correferência é tradicionalmente considerado como o protótipo da anáfora, vista numa *acepção stricto sensu*. (HEINE, 2001).

Ainda segundo Mondada e Dubois (2015, p. 20), o processo de referenciação deve ser entendida como uma atividade “advinda de práticas simbólicas dadas”; sob essa ótica, a ideia de língua como etiqueta é descartada, pelo fato de não haver uma verdade pronta e pré-estabelecida, e sim uma constante reformulação de ideias que resulta na reconstrução de objetos de discurso; para que isso ocorra, é necessário que o sujeito recorra aos conhecimentos de mundo, pois

[...] as práticas linguísticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das retificações de concepções individuais e públicas do mundo. (MONDADA, DUBOIS, 1995, p. 215)

A individualidade não tem sentido de unicidade, pois todo sujeito é múltiplo. Além do mais, esse processo tem como base a reciprocidade entre os sujeitos. Cada indivíduo publica sua versão de mundo a partir do seu olhar, mas, como já vimos anteriormente, somos “actantes sociais”, ou seja, falamos por um grupo. Para comprovar a interferência dos sujeitos sobre a realidade, Mondada e Dubois elencam uma série de situações envolvendo objetos pertencentes às categorias naturais e às comunas, como o piano, a galinha e a cenoura.

A partir das analogias ambas comprovam que “não existe um mundo naturalmente categorizado. A realidade “[...] não está segmentada da forma como é concebida, e as coisas não estão no mundo da maneira como são ditas, mas as coisas ditas são coisas discursivamente construídas, e os referentes são, na maioria, objetos de discurso” (MARQUESI, 2007, p. 218).

Classificada como atividade humana, a referenciação é, assim dizendo, uma atividade procedural de reconstrução que fabrica uma realidade.

Koch (2009), por sua vez, define referenciação como uma “atividade discursiva” estabelecida por uma interação entre interlocutores, elementar na produção de sentido. Dessa maneira, a ideia de referenciação postula uma realidade

[...] construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural. (KOCH, 2009, p. 79)

Nessa ótica, o sentido do texto está atrelado aos variados contextos. Uma “mudança no contexto pode levar a mudanças tanto no léxico, como na organização estrutural das categorias cognitivas” (MONDADA; DUBOIS, 2015, p. 25). Sob esse ponto de vista, os sujeitos são os responsáveis pelos significados, que, por sua vez, se modificam conforme as circunstâncias, mostrando que o sentido não é unívoco e não está preso a sua forma. A visão interacionista postula um sujeito que está sempre processando a linguagem, sendo este movimento de repetição e retomada frequentes na linguagem. Diante disso, Koch (2008) apresenta três estratégias de referenciação:

- **Introdução (construção):** um “objeto” até então não mencionado é introduzido no texto, de modo que a expressão linguística que o representa é posta em foco, ficando esse “objeto” saliente no modelo textual.
- **Retomada (manutenção):** um “objeto” já presente no texto é reativado por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto de discurso permaneça em foco.
- **Desfocalização:** um novo objeto de discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal.

Ainda que se fale em retomada, é importante frisar que, embora um item linguístico apareça mais de uma vez no texto, nessa perspectiva, não tem o mesmo significado, pois, como afirma Bakhtin (2003):

os textos (que se realizam nos enunciados) são únicos, uma vez que o momento sócio-histórico e cultural de cada evento comunicativo é também

exclusivo, sendo impossível um enunciado ser repetido de forma idêntica, porque as condições contextuais do enunciado jamais serão as mesmas.

É por esse viés que se pode falar de uma instabilidade constitutiva das categorias, admitindo-se também a sua variabilidade e flexibilidade. Tais características são comprovadas no processo de recategorização que consiste na “estratégia de designação pela qual os interlocutores podem rerepresentar os objetos de discurso remodelados de acordo com as diferentes condições enunciativas [...]” (LIMA; FELTES, 2013, p. 34) Essa recategorização resulta do uso de várias nomenclaturas para o mesmo objeto, no sentido de representar um juízo de valor, crítica etc. Ela perpassa pela leitura de mundo do autor-leitor. Podemos observar essa dinâmica no exemplo (7), a seguir ilustrado, em que temos a recategorização do termo **Dilma**.

A *charge* selecionada trata da visita da ex-presidente Dilma Rousseff a Cuba, mais precisamente, do objetivo da governante de interceder em favor da filóloga e jornalista cubana Yoani Sanchez, proibida de sair do país cubano. Os dissidentes cubanos viram em Dilma uma porta-voz; eles acreditaram que um diálogo diplomático entre os governantes dos respectivos países poderia resultar em uma flexibilização do regime cubano em relação aos presos. Fato que fez com que a ex-presidente fosse vista como uma intercessora. No entanto, a ex-presidente optou por não interferir em questões políticas internas do país cubano, decepcionando os presos políticos.

Exemplo (9)

**EM INSTANTES ELA DEVE ENTRAR AQUI E NOS LIBERTAR...
DILMA, A DEFENSORA DOS DIREITOS HUMANOS...
INIMIGA DAS DITADURAS E DE TODA FORMA DE OPRESSÃO...
MÃE DOS POBRES... MENSAGEIRA DA PAZ...**



(ALPINO. Disponível em: < <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/alpino/dilma-deixa-ilha-fidel-castro-043013147.html>>)

No início do enunciado dessa charge, **Em instantes ela deve entrar aqui e nos libertar... Dilma, a defensora dos direitos humanos...** O pronome **ela** funciona como um mecanismo catafórico, na medida em que mantém uma conexão com o SN Dilma, retomado posteriormente. Em (7), o termo Dilma é recategorizado quatro vezes. A resignificação do referente ocorre nas quatro sequências referenciais: **A defensora dos direitos humanos... Inimiga das ditaduras e toda forma de opressão... Mãe dos pobres... Mensageira da paz.** O objetivo é mostrar a partir dessas reformulações a imagem que os prisioneiros tinham da presidente como uma intercessora.

Além disso, levando-se em consideração a intenção do autor da *charge*, o excesso de predicções potencializa a decepção do confinado que a exalta, quando o mesmo escuta de seu companheiro de cela que a governante foi embora. Paira sobre ele a sensação de abandono. O não verbal nos dá conta, também, dos maus tratos aos quais os prisioneiros políticos são submetidos em suas celas. O balão em amarelo intensifica o alerta feito pelo preso ao outro que idolatrava Dilma. Vemos dois homens, suas longas barbas e o fato de estarem cravejados na parede denunciam tais torturas.

Ao fazermos essas relações, percebemos que a recategorização dos objetos de discurso não está presa à materialidade linguística, pois se trata “de um processo não necessariamente linear, estando a sua configuração mais propícia a um movimento de circularidade que passa tanto pela superfície do texto quanto pelo seu entorno sociocognitivo” (LIMA; FELTES, 2013, p. 37). A referenciação não se dá de maneira contínua, sem interrupções, sendo que o não verbal intensifica a não linearidade. Ainda que em sua narrativa o texto verbal siga uma sequência, os elementos não verbais favorecem esse movimento.

É sabido que nesse processo de resignificação um mesmo objeto de discurso pode apresentar-se sob formas diferentes, entretanto, o texto também ilustra, através da repetição do mesmo termo, a variabilidade das categorizações sociais, “as categorias possíveis para identificar uma pessoa: ela pode ser igualmente tratada de ‘anti-europeia’ ou de ‘nacionalista’, segundo o ponto de vista ideológico adotado [...]” (MONDADA; DUBÓIS, 2015, p. 23).

Ainda em (7), Dilma de heroína passa a ser considerada uma traidora. O enunciado **eu odeio ela**, aliado à expressão de decepção estampada no semblante do homem de barba cinza,

constatam a mudança de percepção, embora a exposição dos fatos ocorra de maneira frenética, dando uma ideia de uma variação sincrônica e não diacrônica, como afirmam as autoras.

A esses movimentos de ativação e reativação de objetos de discurso dá-se o nome de referenciação, que, por sua vez, podem ser divididos especialmente em anafórico e catafórico em suas diversas ocorrências. É necessário ressaltar que nos concentraremos no tipo de estratégia anafórica indireta, a qual ocorre quando não há uma retomada de objetos de discurso, mas uma ativação de novos objetos, o que ocorre, muitas vezes, de forma não ancorada, ou seja, não explícita, sendo possível sua percepção pelos interlocutores. Tal situação segue mais detidamente na próxima seção.

2.3 ANÁFORA INDIRETA: UM PROCESSO QUE ESTÁ PARA ALÉM DA SUPERFÍCIE TEXTUAL

Anaphorá, do grego, tradicionalmente, significa, entre outras coisas, “ação de repetir”. A anáfora, de acordo com o *Dicionário Eletrônico Houaiss* (2001), tanto “é uma figura de linguagem que consiste na repetição da mesma palavra”. O mesmo dicionário nos explica que o referido conceito pode ser entendido também como um “recurso discursivo em que um termo é usado para retomar uma ideia anterior ou fazer referência ao que já foi dito anteriormente.”

Os dois conceitos parecem estáveis segundo a sua função. Essas são as definições mais recorrentes em relação ao tema, geralmente relacionadas à ideia de que a anáfora se restringe a elementos linguísticos. De fato, a impressão de que tal estratégia exerce apenas a função de repetir ou retomar um mesmo termo é o grande efeito da anáfora direta; não é o caso da indireta. Segundo Figueiredo (2000, p.208), para muitos pesquisadores, essa estratégia limita-se: “i) a existência de um processo de identificação referencial; ii) a existência de uma expressão linguística como antecedente; iii) a existência de uma relação de correferência. Mas a verdade é que nem todas as expressões anafóricas compreendem simultaneamente estes traços” (V

Na classificação geral das anáforas, Apothelóz (1995) identifica cinco tipos: anáfora fiel, anáfora infiel, anáfora por nominalização, anáfora por silepse e anáfora associativa. Em Marcuschi (2001), entretanto, o assunto ganha uma nova dimensão. Baseando-se justamente nessas características, o referido autor sistematiza a anáfora em duas categorias: as anáforas diretas (AD) e as anáforas indiretas (AI). São classificadas como diretas quando os referentes mantêm entre si uma relação de dependência, ou seja, exercem, apenas, a função de recobrir

seu antecedente, estando diretamente ligados ao contexto linguístico *stricto sensu*. Já as indiretas dependem de um grau maior de conhecimento de mundo e do conhecimento compartilhado entre os interlocutores do discurso.

Essa não correferencialidade “constitui um processo de referenciação implícita” (MARCUSCHI, 2001, p.1); nesse caso, a natureza da anáfora vai suscitar um maior grau de inferência a ser utilizada pelo interlocutor. A constatação de que não há apenas a retomada de referentes se configura como uma ruptura que resulta no processo de referenciação.

De acordo com Tereza (2005), esse tipo de estratégia (AI) de progressão textual

[...] não procura identificar um referente na enunciação, visto que processa uma operação textual que opera com retomadas prioritariamente semântico-pragmáticas. Nesse sentido, entende-se a operação anafórica em uma acepção *lato sensu*, em que não se atém aos critérios do co-texto, não sendo, pois, obrigatória a presença do elemento antecedente. (TEREZA, 2009, p. 51)

Desse modo, a concepção de anáfora torna-se mais ampla na medida em que não exerce apenas a função de reiterar referentes textuais pré-estabelecidos, mas também de ressignificá-los, o que, por sua vez, como já dito, vai exigir um grau maior de inferência por parte do leitor. Nessa perspectiva, “a função das expressões referenciais não é apenas a de referir, elas são multifuncionais: contribuem para elaborar o sentido, indicam pontos de vista, assinalam direções argumentativas, sinalizam dificuldades de acesso ao referente, recategorizam os objetos presentes na memória etc” (COSTA SANTANA, 2015, p. 35), permitindo, assim, uma progressão multilinear e não direta.

No exemplo (7), citado anteriormente, observa-se que, em sua primeira aparição, o pronome **ela** mantém uma relação catafórica com o termo Dilma, ao passo que, em sua segunda e terceira aparições, **ela** tem uma relação anafórica com o mesmo objeto de discurso. Marcuschi endossa a noção de *continuum* defendida por Schwarz, para quem, apesar de haver uma sistematização das anáforas indiretas, não há uma diferença crucial entre esses tipos. O mesmo se aplica às anáforas diretas.

Para ambos, a diferença principal consiste na função de reativar um referente já explicitado, no caso das anáforas diretas-AD; no caso das anáforas indiretas – AI, a função é introduzir um objeto de discurso. Sobre a posição de Marcuschi em relação às AI, Vargas (2008) diz:

Marcuschi salienta em muitos de seus artigos que a noção de anáfora indireta depende de processos de referenciação não-extensionistas. Além disso, trata-se de considerar que os processos cognitivos e, por sua vez, as estratégias de textualização, são marcos decisivos na atividade de textualização, provocando, dessa forma, o que o autor chama de universo referencial emergente. (VARGAS, 2008, p. 6)

Ou seja, Marcuschi entende a anáfora como uma estratégia que surge no processo dinâmico da produção textual. Ainda segundo esse linguista, a anáfora indireta funciona como “uma espécie de ação remática e temática simultaneamente na medida em que traz a informação nova e a velha” (MARCUSCHI, 2001, p. 5). O *tema*, geralmente, ocupa a posição inicial de um enunciado, funcionando como o ponto de partida ligado à estrutura informacional do enunciado; é, pois, o tópico frasal. Já o *rema* diz respeito ao comentário que se faz do tema. Esse aspecto relacionado ao *rema* vai promover a superação das fronteiras puramente linguísticas do texto. A citação a seguir ilustra esse aspecto remático:

O aspecto da tematização remática (Schwarz, 2000), [...] é outro traço importante das anáforas indiretas, já que as mesmas promovem, de certo modo, uma estratégia simultânea de ativação-reativação na continuidade do domínio referencial. Esse recurso, obviamente, se distingue da simples reativação correferencial de um antecedente explícito, tal como ocorre nas anáforas diretas. (LÉ, 2014, p. 250)

A tematização remática atribui movimentação ao texto. Voltando ao exemplo (7), dispomos do *tema* Dilma, já as demais informações, nesse caso, a de que ela é **A defensora dos direitos humanos... Inimiga das ditaduras e toda forma de opressão... Mãe dos pobres... Mensageira da paz** é o *rema*. Há um movimento de ativação e reativação de objetos de discurso novos (defensora, inimiga, mãe e mensageira) cujo reconhecimento está relacionado ao SN Dilma; esse movimento de ressignificação desata o laço da correferencialidade.

Por isso, é inegável o fato de os objetos-de-discurso serem dinâmicos, afinal, à medida que são inseridos no discurso podem ser modificados, desativados, reativados, transformados, recategorizados, isto é, construindo e reconstruindo seu sentido no cumprimento de suas ações sociais. Por isso, tratar-se da denominação referenciação como atividade discursiva. (VARGAS, 2008, p. 5)

Isso significa dizer que a realidade é construída sociocognitivamente pelos sujeitos, que interpretam e constroem o mundo através da interação com aquilo e aqueles que os cercam.

Em síntese, as anáforas podem ser divididas em diretas e indiretas, cada uma possui a sua particularidade; sobre tal variedade Schwartz (2000 apud KOCH, 2011) vai dizer: “o quadro das anáforas indiretas é bastante complexo, visto que não só se podem constatar diferentes tipos, como também tipos mistos e casos limítrofes.” Posto isso, cabe frisar que nossa pesquisa se ateve a tecer considerações e análise apenas sobre a anáfora do tipo encapsuladora.

2.3.1 Os encapsuladores e suas atribuições

O fato de os encapsuladores exercerem diferentes tipos de funções no processo de recategorização acaba gerando algumas dificuldades definitórias e de caracterização desse tipo de anáfora. Há uma tendência em nomeá-las de acordo com sua função. Sendo assim, é comum lermos que a anáfora do tipo encapsuladora “é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Essa porção do texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença)” (CONTE, 2015, p. 178). Por outras palavras, encapsuladores exercem a função de sumarizar porções textuais. Mas é interessante dizer que, para além desse papel, foram apresentadas outras possibilidades. Conforme Francis ([1994] 2003), por exemplo,

ao mesmo tempo em que o enunciador encapsula um trecho de informações, muitas vezes dispersas no discurso, organiza-o e, frequentemente, acrescenta-lhe uma avaliação; além disso, quando o encapsulador opera de maneira prospectiva, ajuda na previsão de informações. A partir dessas observações, Francis ([1994] 2003) identifica as funções de: organização, predição e avaliação. (CIULLA, 2008, p. 80)

Ainda sobre as funções exercidas pelos encapsuladores, Cavalcante e Mesquita (2011, p. 55) vão dizer:

uma anáfora encapsuladora manifesta-se sempre por uma expressão nominal ou pronominal que cumpre as seguintes funções: – Resumitiva, porque parafraseia, numa expressão, uma porção do cotexto, acrescida de inúmeras outras informações contextuais; – Coesiva, porque marca a articulação de ideias que vêm sendo desenvolvidas no texto e porque organiza tópicos textual-discursivos, colaborando para a continuidade e para a progressão temática; – Metadiscursiva, porque a seleção da expressão encapsuladora revela a atitude reflexiva do locutor ao voltar-se para o seu próprio dizer; e –

Argumentativa, porque contribui efetivamente para a persuasão elaborada pelo enunciador.

Notamos assim que tal recurso não é usado apenas para “ligar partes do texto”, mas também para sinalizar o que está por vir e imprimir juízos de valor ao texto, pois, como afirma Bakhtin, os signos linguísticos são dotados de ideologia. Por conta dessas atribuições, essa categoria é classificada como altamente complexa pelo fato de não exercer apenas a função de retomar um SN, mas também de rotular e sumarizar porções textuais, que indicam “ESTADO, FATO, EVENTO, ATIVIDADE” (KOCH, 2009, p. 71).

Não se trata de elementos concretos e, sim, abstratos. Tais objetos, por sua vez, são altamente dinâmicos, pois, uma vez introduzidos na memória discursiva, vão sendo constantemente transformados, construídos e recategorizados no curso da progressão textual, reforçando a assertiva de que a coesão não é um fenômeno preso ao texto enquanto materialidade linguística.

Ao observar o significado que essas ações têm, Conte (2015) vai chamar de axiológico o termo encapsulador que carrega em si uma avaliação e/ou argumentação. Ainda para a referida autora, essa conjectura explica a predominância dos sintagmas formados por pronomes demonstrativos. Discordando de tal afirmação, Cavalcante vai dizer:

quaisquer anáforas com palavras plenas, sejam demonstrativas ou nominais, podem ser avaliativas, na medida em que são estrategicamente argumentativas. [...]

Hoje, nossa pesquisa vê com muita restrição essa classificação das anáforas encapsuladoras explicitamente avaliativas, pois cremos estar a avaliação (que tomamos como a própria argumentação) presente em qualquer desses processos. O diferencial desta abordagem [...] é a constatação de que termina sendo irrelevante a explicitude ou não do caráter avaliativo. Em outras palavras, mesmo quando essa axiologia é implícita, ela funciona de modo a cancelar a posição do locutor em relação a cada uma das diversas vozes que põe em jogo no drama do texto/discurso que a veicula, daí sua relevância no processo argumentativo-polifônico. Ademais, é bastante polêmico o estatuto do que pode ser considerado “explícito”, já que, na Linguística, o que é explícito para uns pode ser implícito para outros, e os critérios dessa implicitude/explicitude variam de proposta para proposta. (CAVALCANTE; MESQUITA, 2011, p. 59)

Nessa perspectiva, portanto, a avaliação não é uma característica que vai distinguir a anáfora do tipo encapsuladora das demais, visto que o ajuizamento não está circunscrito, apenas, a elementos linguísticos. A diferença é que avaliação pode ser realizada a partir de inferências, de forma que o interlocutor recupera sociocognitivamente os implícitos

constituintes do texto; é relevante levar em consideração que os processos de referenciação não ocorrem da mesma maneira.

Concordamos, assim, que há diferentes graus de intensidade nos processos avaliativos. Partindo dessas considerações, entendemos que, por articularem tanto as estratégias de argumentação e de avaliação, os encapsuladores funcionam como agregadores. O exemplo (8), apresentado a seguir, evidencia essa junção. O texto faz referência à polêmica na qual o pastor e deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) foi acusado dos crimes de estelionato, racismo e homofobia. Baseando-se em suas convicções religiosas\ideologias, o líder religioso proferiu algumas declarações contrárias à união entre pessoas do mesmo sexo e às religiões de matrizes africanas; além disso, é acusado de extorquir fiéis que frequentam a igreja liderada pelo mesmo. Na tentativa de se defender, Feliciano negou ter tais atribuições, essa recusa está retratada no texto a seguir:

Exemplo (10)



(ALPINO. Disponível em: <<http://www.idadecerta.com.br/blog/?tag=racista>>)

Embora derive de uma argumentação, a porção textual **isso é mentira** adquire um alto teor avaliativo/axiológico ao expressar o ponto de vista do sujeito que fala, funcionando também como uma resposta à opinião de outros sujeitos; nesse caso, a mídia, para quem o sujeito não passa de um **racista, estelionatário, polêmico e homofóbico**, promovendo, assim, uma dupla articulação:

a) remete ao que foi dito anteriormente; nesse caso, **A mídia diz que eu sou racista, estelionatário, polêmico e homofóbico;**

b) prepara o interlocutor para uma gradação evolutiva dos encadeamentos. Temos dois movimentos - o retrospectivo e o prospectivo -. Sobre essas articulações Ducrot e Carel (2008) afirmam:

a concepção de significação, segundo a qual atribuir o significado de uma expressão consiste em associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego, tem consequências importantes para a descrição polifônica no que concerne à natureza dos pontos de vista associados aos enunciadores. Segundo eles, os pontos de vista são encadeamentos argumentativos, e o enunciador só os introduz no universo do discurso, sendo a fonte desses encadeamentos.

Temos a exposição dos pontos de vista da mídia e do sujeito que fala da tribuna. A porção textual **nunca fui polêmico** anuncia a abertura de um novo argumento; a afirmação deixa implícito que a acusação não é de todo falsa. Segundo Koch (2009), a “interpretação dessas anáforas obriga o receptor não só a pôr em ação a estratégia cognitiva de formação de complexos [...], como ainda lhe exige a capacidade de interpretação de informação adicional” (KOCH, 2009, p.71). Dessa maneira, verificamos que o processo de significação não está preso a um só elemento.

Nesse sentido, outro componente que pode ser considerado como âncora é o capuz utilizado pelo político, que funciona como um símbolo de uma seita que defende a primazia branca. Ainda que o político negue a partir do texto verbal as acusações, a relação mantida entre os adjetivos e o adereço que compõe o seu vestuário, por si, já denuncia a visão que o autor da *charge* tem do referido homem público.

As anáforas encapsuladoras de fato não apenas apresentam uma paráfrase resumidora de uma porção precedente no texto, mas põem em funcionamento um mecanismo de hipóstase, tornando-se argumento de predicções futuras (CONTE, 1996). Esses objetos podem ser avaliados, ressignificados, recategorizados, e marcam uma mudança de nível, uma condensação da informação, atuando argumentativamente na requalificação do objeto-de-discurso ao qual remetem. (CAVALCANTE; MESQUITA, 2011, p. 59)

O pronome demonstrativo de segunda pessoa **isso** faz referência aos termos: **racista, estelionatário, polêmico e homofóbico**, resumizando, assim, esses elementos linguísticos na porção textual **isso é mentira**, categorizando tudo que foi dito antes.

Contudo, precisamos registrar que, nos moldes da clássica Linguística Textual, inclusive, no momento sociocognitivista, esses signos não verbais não exercem a função de elementos da referência (anáfora, catáfora, âncora textual etc), conseqüentemente, a análise limita-se ao código linguístico. Nestes termos, isto é, consoante o enfoque clássico da Linguística Textual, o pronome “isso” do exemplo em questão seria visto como anáfora encapsuladora, porque recupera a porção do texto: “A mídia diz que sou racista, estelionatário, polêmico e homofóbico”. Porém, a partir da referência semiotizada, o demonstrativo “isso” ocorre efetivamente como uma anáfora encapsuladora, mas tem como âncora textual, não somente os elementos verbais, mas também os elementos não verbais, ou seja, a imagem de homem, o capuz branco etc, relação feita a partir da mobilização de pistas sócio-históricas e do conhecimento de mundo, que proporcionam a construção do sentido do texto. (HEINE, 2018¹)

2.4 REFERENCIAÇÃO SEMIOTIZADA

A revisitação aos conceitos de texto e referência implicaram a percepção de que sinônimo de estaticidade passou a ser substituído por dinamismo; o homogêneo e imutável cede lugar ao múltiplo. Deparamo-nos, então, com algumas metáforas usadas para nos desligarmos da ideia de língua/texto enquanto produto que traz em si um significado pronto; uma delas é a metáfora do *iceberg* criada por Charles Bally para ilustrar a dimensão dos implícitos camuflados nos textos. Numa tentativa de acompanharmos o fluxo das mudanças pelos quais vêm passando o nosso modo de escrever e ler o mundo e, conseqüentemente, continuarmos a pensar nas mudanças referentes à construção de sentidos do texto, adotamos o conceito de referência semiotizada, tal como postulado por Heine (2017):

Consoante a Referência semiotizada, os elementos de coesão, que processam a tessitura textual, ou seja, as anáforas, as catáforas, as âncoras referenciais, os dêiticos discursivos, dentre outros, efetivados, na sua abordagem clássica, por meio de expressões linguísticas (substantivos, pronomes, advérbios, conjunções etc), podem também ocorrer por meio de signos semióticos, realizados por ícones, símbolos, índices, em especial. (HEINE, 2017, p. 13)

^{1 1} Notas de aula (Informação fornecida por Lícia Heine no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2018).

O termo semiótica possibilita a integração dos ícones, símbolos e índices ao fenômeno da referência. Heine (2017) entende que esses elementos representam relações nos diferentes níveis de significação, resultando em um efeito altamente coesivo.

Em determinados textos ou conjuntos de textos, artísticos ou não, a articulação entre os elementos verbais e visuais forma um todo indissolúvel, cuja unidade exige do leitor [...] a percepção e o reconhecimento dessa particularidade. São textos em que a verbovisualidade apresenta como constitutiva, impossibilitando um tratamento excludente do verbal ou do visual e, especialmente, das formas de articulação assumidas por essas dimensões para produzir sentido, construir imagens de enunciadores e enunciatários, circunscrever destinatários etc. (BRAITH, 2010, p. 193-194)

Tal assertiva nos deixa a par de que há uma relação de coexistência entre os signos que compõem um texto híbrido. Dessa maneira, o ato da leitura não pode estar centrado em apenas uma modalidade, visto que os signos não atingem a completude se interpretados isoladamente. Outro aspecto relevante a destacar nessa esfera é o fato de que, nesse processo criativo, temos construídas as imagens dos interlocutores. Por isso, não podemos desprezar as manifestações abstratas e sensoriais do processo de significação, visto que a interação é construída a partir de diversos estímulos, comprovando a relação que a linguagem mantém com o processo de percepção humana.

Dentre os elementos de coesão que processam a tessitura textual, portanto, as âncoras referenciais são responsáveis por tirar o texto da abstração, proporcionando a transformação do *texto êmico* para o *texto ético*; nesse processo de mudança, são levados em consideração os contextos, as situações e os interlocutores que produzem tais textos. Para Marcuschi (1983, p. 16), a ancoragem do texto ocorre a partir dos fatores de contextualização, subdividindo-se em contextualizadores (assinatura, localização, data e elementos gráficos) e prospectivos: (título, início e autor). Tais princípios são elementares na interpretação do texto. Para ilustrar melhor a proposta apresentada nesta seção, analisaremos o exemplo a seguir.

Exemplo (11)



(MIRACEL WHIP. Disponível em: <<https://victorathayde.wordpress.com/2012/04/25/maionese-miracel-whip-49-de-gordura/>>.)

As propagandas publicitárias utilizam técnicas específicas para venderem seus produtos; torná-los com a aparência apetitosa, por exemplo, é uma maneira de fisgar o público alvo. O objetivo desse gênero é convencer o consumidor a optar pelo produto anunciado em vez de um outro, da marca concorrente. Uma técnica bastante usada nos comerciais de comida, pois, é a de tornar o alimento com a aparência bastante apetitosa. Conforme podemos observar, o exemplo (9) traz em si o objetivo expresso de vender um produto.

No presente caso, temos a promoção da maionese produzida pela marca *Miracel Whip*. Mas, como sabemos, o creme feito à base de ovos e óleo é considerado um alimento gorduroso, conseqüentemente, calórico. Pensando na má fama da iguaria e no fato de conselhos para que a saúde seja preservada estar cada vez mais em voga, a referida marca produziu uma maionese mais leve, com apenas 4,9% de gordura.

Para comprovar que seu produto tem baixo teor calórico, os publicitários criaram uma cena que destoa da realidade: em um prato de porcelana branco, vemos uma gangorra, o balanço foi construído com duas tiras de batata frita, há uma porção da maionese produzida pela *Miracel Whip* em uma de suas extremidades; a grande sacada do anúncio é o fato de a balança, mesmo com um peso, não sofrer nenhum tipo de oscilação. A escolha da batata frita como matéria prima da gangorra intensifica a ideia de suavidade do produto – de tão leve que é, a *Miracel Whip* pode ser consumida até com fritura, não necessariamente com um legume.

Se pensarmos no perfil do público alvo, constituído por pessoas que estão mais preocupadas com a saúde e a estética, a gangorra pode, também, fazer referência à balança usada para medir a massa corpórea dos sujeitos. Outro aspecto que exerce influência na compra de um determinado produto está relacionado à cor. Há uma predominância da cor branca no texto (9); a pigmentação funciona como um índice, representando, além de outras coisas, a leveza tão enfatizada pela referida marca. Nos anúncios de comidas, ela representa o baixo teor de gordura. Além disso, o branco não ofusca outras cores nem objetos.

No que diz respeito à ancoragem do texto, vemos que, tanto o verbal como o não verbal, ativam o léxico mental do leitor, possibilitando que sejam feitas inferências a partir das pistas fornecidas. Vimos, enfim, que o balanço funciona como uma âncora icônica que suscita do leitor uma série de inferências. Em suma, chamamos a atenção para a integração que há entre o verbal e o não verbal na atribuição de significação do texto, assim como para o fato de que a experiência multimodal amplia a construção dos sentidos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO METODOLÓGICA

A elaboração e o desenvolvimento de um projeto de pesquisa, seja ele uma dissertação ou tese, carecem de planejamento e de reflexões conceituais sólidas. Pensando nisso, construímos este capítulo no qual apresentamos a metodologia utilizada ao longo da pesquisa. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é contextualizar os procedimentos que nortearam a construção do presente trabalho. Para tanto, falamos, de maneira concisa, sobre a abordagem metodológica qualitativa, que possibilitou uma visão mais ampla acerca do objetivo da referida pesquisa – analisar, dentre as diversas práticas significantes, quais são os aspectos relativos à anáfora encapsuladora, mostrando não somente a importância dos elementos linguísticos, mas também dos elementos não verbais no processo de construção de sentido textual nos gêneros *charge* e propaganda.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sabendo da importância dos métodos na condução de uma pesquisa, podemos considerá-los como uma espécie de bússola que orienta nossos passos na confecção de um trabalho científico. Dessa forma, quando estabelecemos os métodos, estamos preparando o terreno para pormos em execução a análise dos *corpora*. Vale salientar que estes foram constituídos por textos concretizados nos gêneros *charge* e propaganda, fato que delinea um cenário conceitual e, conseqüentemente, o sujeito da pesquisa.

À vista disso, o presente estudo passou por uma fase exploratória, em que foram levantadas informações referentes ao objeto em estudo. Assim, foram realizadas leituras de artigos científicos, livros teóricos, tanto impressos como disponíveis em meio eletrônico, que discutem a questão da referenciação, dos gêneros discursivos e demais conceitos pertinentes à pesquisa. É importante ressaltar que a atividade de leitura é realizada em todo desenvolvimento da dissertação. Dessa maneira, nos utilizamo-nos do método definido como documental, de caráter exploratório. Seguimos, portanto, os caminhos da pesquisa exploratória que, apesar de descritiva, tem natureza qualitativa.

De acordo com Lüdke e André (1986), entendemos a pesquisa qualitativa como “aquela que envolve a descrição de dados obtidos pelo pesquisador através do contato com a

ituação estudada”. Pensar o processo de investigação a partir dessa proposta é retirar o grau de certeza preestabelecido para dar lugar a ideia de movimento, pois a “realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento” (TRIVIÑOS, 1992). Nesse sentido, podemos pensar em uma reinvenção da realidade.

Seguindo esse fluxo de pensamento, Godoy (1995, p. 21) afirma que “nesta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”. Evidenciando, assim, a relação existente entre o fazer científico com o desenvolvimento social, histórico e cultural da sociedade. Na tentativa de legitimar a inserção da pesquisa documental no campo da pesquisa qualitativa, a referida autora chama a atenção para o fato de que a averiguação realizada em documentos escritos, também, permite que o pesquisador acesse uma série de informações:

Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial. (GODOY, 1995, p. 21)

Em suma, afirmamos que essa pesquisa, munida de imaginação, natureza reflexiva e criatividade, traçou um contínuo iniciado a partir de uma investigação bibliográfica às considerações finais.

3.2 PERGUNTAS DA PESQUISA

Na fase Bakhtiniana da Linguística Textual, o texto é conceituado como “um evento dialógico, semiótico”, assim, tem-se a referenciação semiótica em que “os elementos de coesão podem também ocorrer por meio de signos semióticos, realizados por ícones, símbolos, índices, em especial” (HEINE, 2017, p. 13). Desse modo, apoiada nessa perspectiva teórica, chega-se à elaboração das seguintes perguntas:

- De que maneira os signos icônicos funcionam como âncoras textuais nos referidos gêneros?
- Qual a relevância dos elementos do tipo não verbal no processo de referenciação?
- Há uma predominância/preferência entre os determinantes demonstrativos funcionando como encapsuladores?

3.3 CONSTITUIÇÃO E COLETA DOS *CORPORA*

Enfatizamos que a escolha dos *corpora* se justifica a partir da constatação de que os trabalhos sobre referenciação são realizados, em sua maioria, em textos predominantemente verbais. Estudos já têm mostrado que o conhecimento linguístico *stricto sensu* não é suficiente para que os leitores possam ler, pois a “[...] variedade sígnica que compõe o não verbal mescla todos os códigos, de modo que o próprio verbal pode compor o não verbal, mas não tem sobre ele nenhuma força hegemônica e centralizante [...]” (BENTES, 2010, p. 400). O equívoco está justamente na ideia de que apenas a leitura do texto verbal possa garantir a interpretação e a construção do sentido. Em síntese, o atual contexto mostra-nos a importância do emprego dos textos multimodais quando pensamos em um trabalho que demonstre a referenciação enquanto atividade discursiva.

Levando em consideração essas questões, os *corpora* da pesquisa são constituídos por vinte e sete textos verbo-imagéticos de dois distintos gêneros: a *charge* e a propaganda. No total, foram selecionadas quinze *charges* de autoria do cartunista Alberto Correa de Alpino Filho, que publica no portal *Yahoo* Brasil, e doze propagandas de empresas multinacionais retiradas da internet. Dos vinte e sete textos, utilizamos, na abordagem teórica, onze deles, como uma maneira de ilustrar a discussão em foco; a partir daí, partimos para as análises de outras oito *charges* e oito propagandas, destacando a noção de referenciação defendida por Mondada e Dubóis (2003) e a noção de texto postulada por Heine (2012), que considera o texto como um “evento dialógico”.

A seleção dos textos obedeceu ao seguinte critério: serem compostos pelo verbal e o não verbal e se apresentarem em apenas um enquadre. A escolha das *charges* de autoria exclusiva do cartunista Alpino foi motivada por três fatores: (1) o referido autor tem um amplo repertório de textos que estão sempre muito bem relacionados com seu entorno político, social

e cultural; (2) foi levado em consideração, também, o alto grau de expressividade de seus desenhos e (3) o portal *Yahoo* Brasil é considerado seguro.

Já os anúncios, como podemos constatar, possuem diferentes autorias. Não houve prioridade de um gênero em detrimento de outro, pois o objetivo desse estudo, como sabemos, volta-se para o fenômeno da referenciação. Vale ressaltar que as propagandas escolhidas consideram a força expressiva na relação do verbal com o não verbal, assim como ocorre com as *charges*.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O processo de escolha da estratégia de análise considerou as seguintes alternativas:

- Pesquisa e seleção das *charges* e propagandas que constituem os *corpora* da pesquisa.
- Escolha e tabulação do material selecionado. Os respectivos endereços eletrônicos constam, em forma de links, no banco de dados.
- Análise de oito *charges* e oito propagandas. A metodologia de análise envolve a descrição dos textos selecionados; a identificação e a explicação da anáfora do tipo encapsuladora e comentários acerca dos dados obtidos.

Passemos ao banco de dados:

Banco de dados

Os *corpora* foram retirados de mídias digitais e salvos em *jpeg* (*jpg*).

Quadro 1: Constituição dos *corpora* utilizados no corpo da pesquisa

EXEMPLO	GÊNERO DISCURSIVO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
(1)	<i>Charge</i>	< http://toma-mais-uma.blogspot.com/2014/08/o-tipico-eleitor-da-marina-silva.html >
(2)	<i>Charge/cartoon</i>	< http://copasporai.blogspot.com.br/2014/01/atividades-com-musica-e-uma-partida-de.html >
(3)	Propaganda	< http://blogdoheliogordo.blogspot.com.br/2015_05_29_arc_hive.html >
(4)	<i>Charge</i>	< http://intricissitudes.blogspot.com/2010/09/ >
(5)	Propaganda	< http://www.virgula.com.br/comportamento/dia-da-mulher-comerciais-que-ainda-insistem-na-versao-Amelia/#img=1&galleryId=1074114 >
(6)	<i>Charge</i>	< http://www.tribunadainternet.com.br/charge-do-alpino-224/ >
(7)	<i>Charge</i>	< http://paulobraccini-filosofo.blogspot.com.br/2014/08/vai-uma-picanha-ai.html >
(8)	<i>Charge</i>	< https://br.noticias.yahoo.com/charges-alpino-slideshow-wp-123501545/photo-p-p-photo-123501707.html >
(9)	Propaganda	< https://br.noticias.yahoo.com/blogs/alpino/dilma-deixa-ilha-fidel-castro-043013147.html >
(10)	<i>Charge</i>	< http://www.idadecerta.com.br/blog/?tag=racista >
(11)	Propaganda	< https://victorathayde.wordpress.com/2012/04/25/maionese-miracel-whip-49-de-gordura/ >

Quadro 2: Constituição do *corpus* que integram o capítulo Análise de dados

EXEMPLO	GÊNERO DISCURSIVO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
(1)	<i>Charge</i>	< http://brasilsoberanoelivre.blogspot.com/2015/07/brasil-fica-mais-proximo-de-perder-selo.html >
(2)	<i>Charge</i>	< http://gazetaalternativa.blogspot.com/2012/05/comissao-da-verdade.html >
(3)	<i>Charge</i>	< https://br.noticias.yahoo.com/blogs/alpino/tempos-modernos-133915803.html >
(4)	<i>Charge</i>	< https://br.noticias.yahoo.com/blogs/alpino/datafolha-brasil-j-um-pa-classe-m-dia-134312368.html >
(5)	<i>Charge</i>	< http://www.carlosnewton.com.br/charge-do-alpino-375/ >
(6)	<i>Charge</i>	< http://intricissitudes.blogspot.com/2010/09/ >
(7)	<i>Charge</i>	< https://richardjakubaszko.blogspot.com/2015/02/tribunal-do-povo-debate-na-tv-entre.html >
(8)	<i>Charge</i>	< http://lh6.ggpht.com/_STQ10EQNnkk/TKS_EJuZ0yI/AAAAAAAAAWA/2jUcAOYOWrU/Alpino-00000179.jpg >
(9)	Propaganda	< https://br.pinterest.com/pin/30328997473494869/?lp=true >
(10)	Propaganda	< https://pt.slideshare.net/clauheloisa/figuras-de-igg-exerc-2-pdf >
(11)	Propaganda	< https://incrivel.club/inspiracao-psicologia/9-exemplos-de-publicidade-verdadeiramente-geniais-26105/ >
(12)	Propaganda	< http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/06/guaran-antarctica-original-do-brasil.html >
(13)	Propaganda	< https://br.pinterest.com/pin/452682200027015841/ >
(14)	Propaganda	< https://desencannes.wordpress.com/2012/04/05/guarana-antartica/ >

(15)	Propaganda	< http://arteemanhasdalingua.blogspot.com.br/2011/11/camisinha.html >
(16)	Propaganda	< http://portifoliopablo.blogspot.com/2010/01/burger-king.html >

ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, interpretamos e analisamos os dados tabulados e organizados na etapa anterior. Como sabemos, o confronto das informações é realizado com o intuito de atendermos aos objetivos da pesquisa; confirmarmos ou não as hipóteses e os pressupostos da investigação. As considerações feitas nos capítulos teóricos embasaram nossa análise, buscando entender de que maneira os signos linguísticos e icônicos funcionam como âncoras textuais nos gêneros *charge* e propaganda.

Convém reiterar que foram consideradas como proposta teórica para a análise, sobretudo, as fases Sociocognitivista e a Bakhtiniana da Linguística Textual, nas quais a referenciação é entendida como “atividade discursiva” e o texto é visto como “[...] um evento dialógico, semiótico, falado, escrito, abarcando, pois, não somente o signo verbal, mas também os demais signos no seio social (imagens, sinais, gestos, meneios de cabeça, elementos pictóricos, gráficos etc.)” (HEINE, 2017).

Como já falamos anteriormente, os *corpora* da referida pesquisa são constituídos por dois tipos de gêneros discursivos: *charge* e propaganda. Os textos selecionados para esta pesquisa contam apenas com um enquadre e são constituídos por elementos verbais e não verbais. Tais características faz com que a leitura deles não ocorra de maneira unidirecional, verbal → não verbal ou não verbal → verbal; a multimodalidade presente no referido gênero oferece várias possibilidades de leitura, que ocorre de maneira circular. Por conta disso,

não há como prever a ordem de leitura do coenunciador dentro de cada enquadre no que tange aos modos de significação, ou seja, não há garantias quanto ao que será atualizado como primeira leitura: o modo verbal ou o modo imagético, especialmente porque se considera o todo da materialidade textual, o que reafirma a premissa da relação de complementaridade entre os modos. (SILVA, 2014, p. 175)

A ausência da linearidade acentua o caráter cognitivo do texto, na medida em que suscita que o leitor reveja as estratégias relacionadas à continuidade textual. O não verbal dinamiza o processo de leitura na medida em que transmite informações de forma condensada e rápida, mesmo tendo um grau de complexidade, sua leitura é rápida, pois o texto traz em si informações essenciais.

4.1 EXIBIÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS

Sabemos que o texto *chárstico* exige do leitor conhecimento partilhado sobre o tema discutido, uma maneira de chegar às informações necessárias para a sua compreensão; a maioria das *charges* produzidas por Alpino estão diretamente ligadas aos assuntos abordados no portal *Yahoo* Brasil, mais precisamente no tópico **Assunto do momento**, espaço em que são elencados os dez temas mais comentados no país. Essa relação entre *charge* e os conteúdos tratados no *site* atribui ao referido gênero um caráter fortemente interativo e dialógico, comprovando que o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele. Temos, nessa ilustração e nas subsequentes, nosso aporte teórico.

(1)



(ALPINO. Disponível em: <<http://brasilsobranoelivre.blogspot.com/2015/07/brasil-fica-mais-proximo-de-perder-selo.html>>)

Em (1) temos a imagem de um senhor prostrado em um sofá, assistindo a um programa televisivo que parece ser um jornal; o enunciado **Cresce temor no governo de que o Brasil perca o selo de bom pagador** nos deixa a par de que a *charge* fala da decisão da Standard & Poor' (um das maiores agências internacionais de classificação de risco) de tirar do Brasil o selo de bom pagador. A baixa da economia e a crise política que o referido país atravessa foram responsáveis pela perda. Em resposta à notícia, o senhor diz: **o meu já se foi faz tempo...** A

réplica comprova o problema enfrentado pela economia do país. É interessante observar que a expressão anafórica **meu** encapsula tudo que foi previamente enunciado, porém, sem retomadas explícitas, visto que, para “anáfora pronominal, sabe-se que há sempre pelo menos correferência virtual, porque é o único meio pelo qual o pronome anaforizante é, afinal de contas, interpretado, plenamente.” (MILNER, 2015, p.115) Os elementos que compõem o quadro são estrategicamente construídos para levar o interlocutor a lugares outros.

Temos a figura de um cidadão comum, vestindo um pijama listrado; as vestes além de indicam hábitos sedentários, fazem, também, referência a um uniforme usado por prisioneiros, representando um desvio de conduta/descumprimento de regras. O vermelho do sofá faz referência à expressão “estar no vermelho”. A diferença entre os formatos e as cores dos balões que cercam as falas demarcam e diferenciam as posições dos sujeitos; o balão que representa a fala do repórter é branco e esfumado como uma nuvem, dando uma ideia de algo imaginado, que não foi experienciado. Já o amarelo que colore a fala do sujeito indica alerta. A recorrência a esses mecanismos demonstra que “os recursos icônicos não são meramente ilustrativos de fragmentos da história, ao contrário, são parte constitutiva da história, já que o desenrolar das ações na trama narrativa é também realizado por meio do desenho” (LINS; ELIAS; SOUZA, 2013). A partir desses dispositivos, o leitor, ao construir seu texto, é, ao mesmo tempo, autor e coautor, pois ele responde, complementa e interage. Tais características fazem menção ao sujeito postulado por Bakhtin:

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente) complementa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante [...]. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é natureza ativamente responsiva ativa [...] (BAKHTIN, 2003, p. 271)

(2)



(ALPINO. Disponível em: <<http://gazetaalternativa.blogspot.com/2012/05/comissao-da-verdade.html>>)

No exemplo (2), temos um policial sendo interrogado por um funcionário da Comissão da verdade criada pela lei 12.528, em 2011; a formação desse comitê teve como finalidade trazer à tona as violações dos direitos humanos cometidos pelos militares no tempo da ditadura militar. A atitude autoritária do agente, registrada pelos contornos da face e a mão direita cerrada, intimida o sujeito que o interroga. Chamamos a atenção para a atribuição de características animais ao soldado: os traços (formato do nariz, dentes pontiagudos, corpo arredondado) parecem remeter a um porco. Outra consideração a se fazer é a predominância da cor marrom que nos remete à lama; como é de conhecimento geral, os porcos gostam de se cobrirem de lama. Logo, entendemos que o antropozoomorfismo aliado à cor marrom denuncia as atrocidades praticadas pela polícia nessa época.

O acesso a essas informações destaca a necessidade de um leitor bem informado, com um repertório ou memória cultural para interpretar as metáforas presentes no texto chárigo, pois

quando uma imagem é habilidosamente retratada, ao ser apresentada, ela consegue deflagrar uma lembrança que evoca o reconhecimento e os efeitos colaterais sobre a emoção. Trata-se, aqui, é evidente, da memória comum da experiência. É precisamente por isso que a forma humana e a linguagem dos seus movimentos corporais tornam-se os ingredientes essenciais (EISNER, 2010, p. 103)

Nesse exemplo, destacamos a cadeia linguístico-anafórica a partir da relação entre o SN **torturas e mortes** e a expressão **este assunto**, que encapsula os termos anteriores. A fala do interrogado mostra não só a oposição do suspeito em relação à acusação, como também a necessidade desse em destacar o ponto de vista que admite como seu, comprovando que a “categorização e a avaliação são operações cognitivas e emotivas relevantes do falante.” (CONTE, 2015, p. 182)

(3)



(ALPINO. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/blogs/alpino/tempos-modernos-133915803.html>>)

No exemplo (3), Alpino retoma a discussão sobre o afastamento das pessoas provocado pela inserção das tecnologias. A legenda no canto esquerdo tem a função de marcar o período em que isso acontece.

A *charge* retrata uma família composta por cinco membros: pai, mãe e três filhos; todos possuem em mãos aparelhos. A tecnologia é retratada a partir dos celulares, notebook e do videogame usados pelos personagens; são esses elementos aliados à inércia dos componentes da família que desestabilizam o argumento do pai; há uma convergência entre a fala do pai e os demais que não esboçam reação alguma, essa divergência faz com que o leitor reflita sobre o exagero no uso na internet. A mãe e os dois filhos maiores estão com as cabeças baixas, o filho caçula segura o controle do videogame com os olhos arregalados; as posições e o grau de

fixação nos aparelhos descrevem um estado de hipnose. De todos os personagens, o pai é o único que esboça uma reação ao dizer: **eu adoro estes nossos momentos em família...** A afirmação é polêmica, pois o elemento pictórico se contrapõe ao verbal. Usando esses artifícios, o chargista arranca o riso do leitor.

Note-se que não há substituição de um antecedente realizado por sinônimos ou termos de sentido próximo; a porção textual **eu adoro estes nossos momentos...** encapsula não um pronome ou SN verbalizado, mas uma série de signos icônicos; sendo assim, o exemplo (3) nos permite afirmar que

os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior. Todas as manifestações da criação ideológica – todos os signos não-verbais – banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele. Isso não significa, obviamente, que a palavra possa suplantiar qualquer outro signo ideológico. Nenhum dos signos ideológicos específicos, fundamentais, é inteiramente substituível por palavras. É impossível, em última análise, exprimir em palavras, de modo adequado, uma composição musical ou uma representação pictórica. (BAKHTIN, 2010a, p. 36)

A análise dos exemplos aliada à citação confirma a importância de entendermos a referenciação enquanto uma atividade advinda de práticas simbólicas que “conta não somente o sujeito ‘encarnado’, mas ainda um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo.” (MONDADA; DUBOIS, 2015, p.20) O texto como

[...] um evento dialógico, semiótico, falado, escrito, abarcando, pois, não somente o signo verbal, mas também os demais signos no seio social (imagens, sinais, gestos, meneios de cabeça, elementos pictóricos, gráficos etc.).



(ALPINO. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/blogs/alpino/datafolha-brasil-j-um-pa-classe-m-dia-134312368.html>>)

Três figuras se destacam no exemplo (4): temos a imagem de uma mulher exibida pela TV que está exposta na vitrine de uma loja – o contexto revela tratar-se de uma jornalista –, um homem e um cachorro. A repórter anuncia que **o Brasil já é um país de classe média...** Tal posição é alcançada por indivíduos que tenham um padrão de vida e consumo razoáveis; o problema é que esses resultados são baseados em pesquisas realizadas a partir de questionários domiciliares, e não a partir da renda efetiva dos entrevistados. Essas pesquisas associadas ao não verbal nos permite observar que tal afirmação não condiz com a realidade. Essa divergência confere uma carga de ironia e humor ao texto. Tal convergência resulta da contradição entre a afirmação verbalizada pela repórter e a imagem do pedinte. Além disso, o leitor, a partir desse exemplo, busca ativar seus conhecimentos relacionados à economia do país. A leitura desse texto chágico confirma que

[...] nenhum texto é ou poderia ser completamente explícito, já que [...] os processos de produção e de compreensão de textos dependem, em grande parte, de informações que são apenas sugeridas, apontadas nos/pelos textos e que devem ser mobilizadas pelo ouvinte/leitor para que consiga estabelecer adequadamente o(s) sentido(s) global(ais) de um texto. (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 291)

No que diz respeito ao encapsulamento, a expressão **dessas coisas** rotula tudo que foi dito pela mulher que aparece na TV, ou seja, que **o Brasil já é um país de classe média**. O

processo anafórico ocorre a partir de uma porção textual e não de uma relação semântico-morfológica.

(5)



(ALPINO. Disponível em: <<http://www.carlosnewton.com.br/charge-do-alpino-375/>>)

Sem querer reforçar estereótipos, mas tomando como base a ideia de que a referenciação é uma síntese das relações histórico-culturais em que estamos imersos, interpretamos, também, a partir do não verbal, que temos no exemplo (5) a representação de duas profissionais do sexo; uma delas lê em seu celular que a apresentadora Angélica participou de um comercial de salsicha, para tanto a apresentadora acabou com uma dieta vegetariana que durou vinte e sete anos, atitude que gerou grande polêmica. A escolha das personagens somada à fala de uma delas ilustra o grande descontentamento do público com a atitude da famosa, visto que as prostitutas são estigmatizadas e rejeitadas na sociedade.

Segundo Passeti (1995), “a ironia é um recurso argumentativo que “isenta o autor não só de fazer afirmações categóricas que o comprometam, mas também de problemas de censura ou ética, uma vez que a crítica aparece de forma indireta.” Em (5), Alpino se vale da ironia para não se comprometer com a sociedade como um todo e é por meio dela que ele lança uma dura crítica à apresentadora Angélica. A fala da dama da noite representa a contradição existente entre a fala e o ato da apresentadora.

No discurso da charge predomina a ambigüidade; o discurso volta-se para si mesmo, num constante diálogo interior. Por meio das ações carnavalescas, a charge não pretende simplesmente encaminhar o leitor para um único posicionamento; ela está mais interessada em provocar no leitor, pelo “riso carnavalesco”, a inquietude, a reflexão e a contestação dos poderes constituídos.” (ROMUALDO, 2000, p.111)

No texto, o chargista assume o papel de locutor como uma maneira de se isentar, pois ao exercer essa função ele é responsável somente pelas palavras e não pelos pontos de vista manifestados nas palavras. Outra tática que o exime é o uso da expressão anafórica **esse pessoal**, encapsulando o enunciado **Comercial milionário faz Angélica quebrar dieta vegetarianana de 27 anos**. Vejamos que temos no primeiro balão o antecedente **Angélica**; já no segundo, dispomos do SN **esse pessoal**, e não do nome da apresentadora; a retomada não é pontual, a recategorização faz menção a toda e qualquer pessoa que procede dessa forma. Faz-se importante chamarmos a atenção para a importância do não verbal na construção do humor do referido texto.

(6)



(ALPINO. Disponível em: <<http://intricissitudes.blogspot.com/2010/09/>>)

Temos em (6), a caricatura dos políticos Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB); o candidato se destaca na *charge* por causa de seu comportamento agressivo. A sobreposição de três mãos, os contornos na parte do abdômen e nas pernas atribuem movimentos frenéticos ao político, indicando que ele está fora do controle emocional. Em contraposição ao estado

enérgico de Serra, temos a tranquilidade e a indiferença de Dilma representadas em seu semblante e o fato de ela dar as costas para José Serra. O texto chágico faz referência à articulação entre o tucano e os políticos do PMDB em prol do *impeachment* da, então, presidente Dilma Rousseff; os elementos verbais que constituem a fala de Serra reforçam a intenção de tirá-la do cargo. Além da postura, a fala de José Serra **Saia... esses votos não te pertencem!...** é altamente desrespeitosa, pois ao afirmar que os votos angariados pela candidata, na eleição, não lhe pertencem, ele deslegitima todo o processo de eleição, tirando do povo que a elegeu o direito de escolha. Essa ambivalência confirma o que diz Romualdo:

[...] a leitura da *charge* requer um duplo movimento, englobando a percepção concomitante de duas máscaras, a da seriedade/autoridade e a da sua ridicularização. A segunda é a de que da simultaneidade desses movimentos opostos, mas justapostos, nos quais se sedimentam os efeitos de sentido da charge, provém o riso – um riso de zombaria, mais precisamente um riso carnavalesco sobre a nossa triste atualidade sócio-político-econômica. (ROMUALDO, 2000, p. 15)

Com esse artifício, o chargista induz ao riso, além de propiciar o debate dos mais diversos temas. No que concerne o processo anafórico, o encapsulamento ocorre a partir da expressão **esses votos** que faz referência aos votos recebidos pela presidente Dilma nas eleições de 2014. Vejamos que essa informação não foi explicitada a partir dos elementos verbais; o lastro referencial é registrado a partir dos signos icônicos, sendo interpretado através dos “conhecimentos gerais sobre o mundo – uma espécie de *thesaurus* mental – bem como a conhecimentos alusivos a vivências pessoais e eventos espaço-temporalmente situados, permitindo a produção de sentidos.” (KOCH, ELIAS, 2008, p. 42). Esse exemplo faz cair por terra o conceito de coesão textual apresentado por Halliday e Hasan (1976, p.) de que a “coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento do discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro.”

(7)



(ALPINO. Disponível em: <<https://richardjakubaszko.blogspot.com/2015/02/tribunal-do-povo-debate-na-tv-entre.html>>)

No exemplo (7), temos duas caricaturas de pessoas comuns; o quadro retrata uma cena do cotidiano, um homem e uma mulher fazem compras em um supermercado. Para esse ambiente que Alpino traz Stephen Hawking, um dos maiores gênios da atualidade. O chargista convida seu leitor a refletir sobre um assunto tão paradoxal quanto o texto chárigo: a inteligência artificial. O cientista era reconhecido no mundo por causa das suas teorias sobre os buracos negros e pela forma como se comunicava. Devido a uma esclerose lateral amiotrófica, o estudioso perdeu os movimentos e a fala; ele se comunicava através de um *software equalizer*, fato que, de certa maneira, atribui contradição à declaração do físico.

O formato da boca, desenhada com uma linha inclinada, os dentes à mostra e a posição da cabeça sinalizam a preocupação do senhor ao ler a opinião de Hawking de que “os robôs inteligentes podem levar ao fim a raça humana”. Ao contrário do homem, a mulher que o acompanha desacredita nessa possibilidade, pois acredita que os seres humanos se autodestruirão. Ao expressar sua opinião, a senhora utiliza o pronome demonstrativo **isso** para resumir o que foi dito pelo seu acompanhante.

(8)



(ALPINO. Disponível em:

<http://lh6.ggpht.com/_STQ10EQNnk/TKS_EJuZ0yI/AAAAAAAAAWA/2jUcAOYOWrU/Alpino-00000179.jpg>)

Diferentemente das *charges* anteriores, não temos, no exemplo (8), a caricatura de uma pessoa, o quadro é constituído pela imagem do Palácio do Planalto, lugar onde está localizado o gabinete presidencial. Um enorme balão contém o seguinte enunciado: **Se o Tiririca não souber ler nem escrever, isso vai humilhar essa casa de leis... como é que ele vai fraudar uma licitação?** Um traço indica que a fala foi proferida por algum político que está no Palácio. O alvo da conversa é o deputado Francisco Everardo Oliveira Silva, mais conhecido como Tiririca; a discussão gira em torno da polêmica envolvendo o referido deputado: o político declarou em um programa de TV que não sabia ler, a afirmação gerou polêmica, pois tal competência é requisito obrigatório para que um candidato exerça o mandato. Por conta disso, Tiririca foi acusado de fraudar o documento de registro de candidatura ao declarar que sabia ler e escrever; talvez, essa possibilidade explique o destaque em vermelho que o apelido recebeu.

O balão contém uma pergunta polêmica **como é que ele vai fraudar licitação?** Esse desfecho mostra característica não só do sujeito que fala, mas de todos os políticos, reforçando o imaginário que os brasileiros têm da referida classe, de que todos os políticos são corruptos. Ao escolher o Palácio do Planalto, ele contextualiza o espaço e desnuda a organização

criminosa que norteia os três poderes. Mais uma vez vemos que o não verbal desempenha um papel importante na construção de sentido do gênero *charge*.

Outra ocorrência do exemplo (8), que não se repetiu nas demais charges dos *corpora*, foi a presença de três cadeias referenciais, além da cadeia anafórica que ocorre a partir da ligação entre o enunciado **Se o Tiririca não souber ler nem escrever** e o pronome demonstrativo **isso**, que sumariza e engloba o texto como todo, funcionando como um encapsulador, temos a expressão **essa casa de leis** recategorizada pela imagem do palacete, mas é preciso que o interlocutor estabeleça relação entre a imagem do prédio e o SN **casa de leis**. Ainda nesse exemplo, é possível verificar o pronome **ele** funcionando como elemento catafórico ao fazer referência ao SN **Tiririca**.

A seguir utilizamos, para os fins desta pesquisa, os anúncios publicitários.

(9)



(Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/30328997473494869/?lp=true>>.)

Percebemos uma série de informações ao iniciarmos a leitura do texto (9). O tom de vermelho e o excesso de signos que formam o pano de fundo do texto publicitário nos preparam para o impacto da notícia vinculada pela Rádio CBN (100,7 FM). No centro do quadro, uma lista de itens: **Royalties, offshores e impeachment** configuram um catálogo nada atrativo, confirmado pela afirmação de que se trata de **temas tão difíceis de soletrar quanto de engolir**. Os dois primeiros termos se convertem em regalias ofertadas às empresas estrangeiras; já o

terceiro, diz respeito ao processo de impedimento da continuação do mandato da então presidente Dilma Rousseff. A cédula de U\$100,00 (cem dólares) faz referência às empresas americanas que são beneficiadas com os *Royalties* e *offshores*, confirmando isso, temos no lado esquerdo inferior uma boca.

Juntos, o verbal e o imagético sugerem uma relação entre a imagem da boca e o verbo engolir. Como uma possibilidade de leitura, ao lermos o termo **engolir**, pensamos no ato de mover da boca para o estômago; entretanto, ao relacionarmos os SN elencados à afirmação de que se trata de **temas tão difíceis de soletrar quanto de engolir**, chegamos à conclusão de que trata-se de tolerar coisas desagradáveis sem reclamar. Além disso, os SN *Royalties*, *offshores* e *impeachment* têm a função de recuperar a memória partilhada. Todo esse processo textual resulta da atividade humana, pois produzimos e reformulamos a realidade.

A expressão **outros temas** resume os termos *Royalties*, *offshores* e *impeachment* formando uma cadeia anafórica. Essa relação anafórica se dá de maneira indireta, confirmando que “[...] o conceito de referência não perpassa simplesmente por uma representação extensional de referente do mundo extramental. A realidade é construída, mantida e alterada, pela forma como, sociocognitivamente, o sujeito interage com o mundo.” (LEITE; MARTINS, 2013, p. 44).

(10)



(Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/clauheloisa/figuras-de-lgg-exerc-2-pdf>>.)

Temos em (10) a propaganda do hambúrguer produzido pela marca Johnnie. Ainda compondo esse texto publicitário, uma porção de batatas fritas e a imagem de um homem; o pano de fundo recebe um efeito esfumado para dar ênfase ao hambúrguer. Uma lista de adjetivos descreve o lanche como **enorme, imenso e colossal**. A imagem do sanduíche composto por pão, duas carnes, três fatias de queijo e tomate dá conta de reafirmar tais qualidades; os adjetivos e a imagem do sanduíche são encapsulados pelo SN **tamanho**, que funciona como uma anáfora do tipo encapsuladora. Há uma relevância mútua entre os elementos verbais e não verbais.

Essa associação entre os adjetivos listados e a imagem do hambúrguer funciona com um exemplo claro de que a coesão textual, contrariando a conceituação clássica largamente difundida de Halliday e Hasan (1976), não é um fenômeno obrigatoriamente marcado na superfície textual, logo não estabelece uma relação de correspondência direta entre as palavras e as coisas. Ao contrário, “Os elementos coesivos podem ser recuperados via inferenciação, por conhecimento de mundo.” (KOCH; ELIAS, 2008). Isso significa dizer que não existem significados dados *a priori*, significa também que as coisas do mundo não existem independentemente dos sujeitos que as interpretam.

O sujeito, o social, a história, a cultura, a ideologia, dentre outros fatores participam da construção do sentido e, por conseguinte, do estabelecimento da referência. Por esse motivo, a referência passa a ser concebida como um processo, a referenciação, em que os referentes, ou melhor, os objetos de discurso são atualizados, na medida em que se desenvolve a interação [...] (SILVA, 2014, p. 123)

(11)



(Disponível em: <<https://incrivel.club/inspiracao-psicologia/9-exemplos-de-publicidade-verdadeiramente-geiais-26105/>>.)

A propaganda da *Starbucks* vem acompanhada de uma revelação: a empresa dona da maior rede de cafeterias do mundo comprou a *Seattle's Best*, sua concorrente. No cartaz temos a imagem de dois copos servidos de café decorados com *chantilly*, calda e chocolate; vejamos que, embora a *Starbucks* seja a proprietária da *Seattle's Best*, o copo que possui o seu *slogan* está posicionado atrás. Essa escolha faz remissão ao fato de a compra ter sido realizada sem o conhecimento dos outros concorrentes, potencializando, assim, a ideia de que o feito foi engenhoso. Logo, a imagem dos copos funciona como signo icônico que recategoriza a porção textual antecedente **comprar seu concorrente sem que ninguém saiba** resumida pelo termo **estratégia**.

O não verbal não apenas recupera e resume o conteúdo posto de forma explícita e implícita pelo anúncio, como também recategoriza todos os elementos presentes no texto. Essa recategorização dos objetos de discurso comprova que a linguagem é definida a partir do uso e de todas as implicações decorrentes do seu contexto de uso, sendo que “o objeto de discurso é uma entidade que emerge da própria interação e nem sempre se explicita por uma expressão referencial” (CAVALCANTE, 2011, p. 122). Sob essa perspectiva os objetos-de-discurso não se ligam a qualquer significado precedente, mas resultam de uma atividade verbal. Dessa forma, o sentido não existe *a priori*, ele é construído no momento da interação.

Para além das relações estabelecidas, os objetos de discurso, enquanto “produtos fundamentalmente culturais”, são capazes de não somente participar da coesão do texto, fazendo-o progredir tematicamente, mas permitindo a assunção de um ponto de vista. Nesse sentido, corroborando a proposição bakhtiniana de que o homem não só produz textos, mas se constrói por meio deles, os objetos de discurso e seu funcionamento são entendidos como um mecanismo sociocognitivo-discursivo capaz de revelar posições ideológicas e, ao mesmo tempo, direcionar a produção linguageira. Com isso, a referenciação, como um processo discursivo, viabilizará o exame de concepções individuais e públicas sendo negociadas intersubjetivamente, posição que contempla e reforça a perspectiva bakhtiniana. (SILVA, 2014, p. 124)

(12)



(Disponível: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/06/guaran-antarctica-original-do-brasil.html>>.)

O exemplo (12) divulga o refrigerante fabricado pela marca brasileira Antarctica. Temos centralizado no fundo verde do quadro o enunciado **Pizza com guaraná Antarctica uma história de amor registrada pelos nossos fãs**; a imagem do refrigerante e uma pizza em forma de coração. O formato, nada convencional, da pizza funciona como uma âncora icônica no momento em que faz alusão à expressão **história de amor**.

Como já foi dito no segundo capítulo, para falar sobre a instabilidade das categorias Mondada e Dubois (2003) analisaram as recategorizações de um piano e de uma cenoura, relacionadas aos seus diferentes conteúdos de uso. No anúncio temos a recategorização do

objeto de discurso *pizza* que ao ganhar contornos de coração fala sobre o amor dos brasileiros pelo alimento e pelo futebol. Essas mudanças ocasionadas não só pelos diferentes contextos, mas também pelo olhar dos interlocutores, confere a desestabilização das anáforas correferenciais, confirmando, assim, que os objetos de discurso não são formas estanques.

Ainda seguindo a linha de pensamento de Mondada e Dubois (1993) de que a referenciação é uma “atividade cognitiva individual, ao nível psicológico, é ela uma atividade constante de categorização e não uma simples identificação e reconhecimento de objetos preexistentes” (MONDADA; DUBOIS, 2015, 34); entendemos que o fundo verde, as letras em amarelo e o fato de a marca Antartica patrocinar a seleção brasileira de futebol fazem referência, também, à paixão dos brasileiros pelo esporte; dessa forma, a porção textual **história de amor** encapsula não só a combinação entre refrigerante e *pizza*, mas também a admiração dos brasileiros pelo futebol.

(13)

**AS MAIORES
TESTEMUNHAS
DE QUE LISTERINE[®]
É O MAIS EFICAZ
NÃO PUDERAM
VOTAR: TODOS
OS GERMES*
ESTÃO MORTOS.**

É COMPROVADO: NENHUM
OUTRO ENXAGUATÓRIO SEM
ÁLCOOL É MAIS EFETIVO**
EM MATAR OS GERMES
DO QUE LISTERINE ZERO™.

**LISTERINE
ZERO**

Linha Listerine
A MAIS
VENDIDA
DO BRASIL

*QUE CAUSAM A PLACA, GENGIVITE E MAU HÁLITO. ** EM MATAR OS GERMES/ESTUDO IN VITRO.

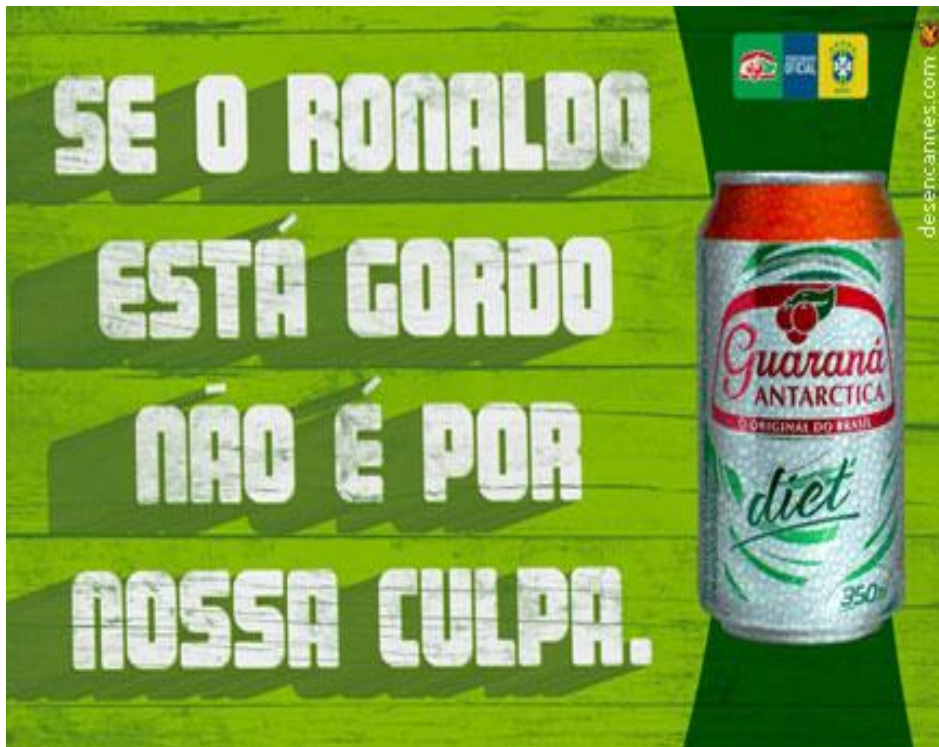
(Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/452682200027015841/>>.)

No caso da propaganda de número (13), especificamente, a cor azul tem papel preponderante para o estabelecimento dos efeitos de sentido almejados. Entendemos que a pigmentação funciona como um lastro referencial, no momento em que faz referência tanto à cor do enxágue bucal produzido pela Listerine, como à sensação de frescor proporcionada pelo antisséptico; como sabemos, a cor azul é classificada como a mais fria de todas as cores, isso intensifica a impressão de frescor que o consumidor irá sentir ao usar o enxágue bucal. Ao olharmos o cartaz, temos a impressão de que o frasco está submerso no próprio líquido, reforçando a capacidade de o não verbal tem de possibilitar o resumo das informações do anúncio.

Pensando nessas configurações, Vieira (2007, p.29) afirma que a “vantagem do texto multimodal é que as imagens, combinadas às cores, são extremamente fortes e facilmente absorvidas, compreendidas e memorizáveis e, por esse motivo, perpetuam-se velozmente na cognição social, alterando, modificando ou transformando ideologias e paradigmas” (VIEIRA, 2007, p. 29). Levando em consideração essas dimensões que extrapolam o nível linguístico, Heine (2017) sugere a ampliação da definição de referenciação para referenciação semiotizada.

Ao lado da garrafa, um selo contém a informação de que a linha Listerine é a mais vendida do Brasil, destacado em negrito e caixa alta o enunciado diz que **As maiores testemunhas de que Listerine é o mais eficaz não puderam votar: todos os germes estão mortos**, o SN **todos os germes** faz referência as **maiores testemunhas**, além de sumarizar tudo que foi exposto anteriormente.

(14)



(Disponível em: <<https://desencannes.wordpress.com/2012/04/05/guarana-antartica/>>.)

O anúncio publicitário de número (14) promove o refrigerante da linha *diet* fabricado pela Antarctica; produtos desse tipo possuem restrições de nutrientes, características que fazem com que sejam amplamente usados por pessoas que precisam controlar o peso, caso de Ronaldo, ex-jogador da seleção brasileira. O sobrepeso do atleta foi apontado como motivo para seu baixo desempenho nos jogos, ao mostrar que possui o refrigerante *diet*, a marca patrocinadora da seleção se exime de tal responsabilidade. **Se o Ronaldo está gordo não é nossa culpa**, temos no enunciado a anáfora encapsuladora realizada a partir do SN **nossa culpa**, tendo como antecedente a porção textual **Se o Ronaldo está gordo**.

Um modelo mental é ativado quando fazemos relação entre o nome Ronaldo e o escudo da seleção brasileira de futebol. O pano de fundo verde, que lembra o gramado de um estádio, é mais um recurso implícito usado para fazer referência ao referido esporte. Trata-se de relações coesivas que permeiam o texto, mas que não são marcadas em sua superficialidade por conectivos, atestando que “é inegável o fato de os objetos-de-discurso serem dinâmicos, afinal, à medida que são inseridos no discurso podem ser modificados, desativados, reativados, transformados, recategorizados, isto é, construindo e reconstruindo seu sentido no cumprimento

de suas ações sociais” (VARGAS, 2008, p.5). Essa dinamicidade\mutabilidade comprova que o significado do texto está atrelado ao contexto imediato e mediato em que esse está inserido.

Assim, reitera-se que o texto deve ser:

[...] dialógico porque o texto é uma entidade ideológica, isto é, a palavra em si mesma é neutra quando ainda faz parte de sistema linguístico geral, porém, quando colocada em uso no processo comunicativo, ela perde essa neutralidade e passa a ser revestida de uma multiplicidade de sentidos, marcados ideologicamente, tendo como o suporte teórico os aspectos histórico, social, cultural etc. (FIORIN, 2015, p. 110)

(15)



(Disponível em: <<http://arteemanhasdalingua.blogspot.com.br/2011/11/camisinha.html>>)

Na propaganda de número (15), o enunciado **Sexo sem proteção? Passe uma borracha nisso!** ganha contorno de conselho. O pronome demonstrativo **nisso** encapsula o bloco textual **sexo sem proteção**. O SN **borracha** nos faz recorrer a critérios sociocognitivos, na medida em que a polissemia presente no referido termo atribui um duplo sentido ao texto. Nesse caso, para o estabelecimento da cadeia anafórica, para seu cálculo inferencial, é preciso mobilizar o conhecimento sócio-histórico cultural dos interlocutores de que a maioria dos preservativos leva em sua composição o látex, usado também na produção da borracha que usamos para apagar anotações; no entanto, ao sugerir que o seu interlocutor passe uma borracha

sobre o sexo sem proteção, os publicitários estão recomendando o uso da camisinha da marca *Blowtex*. Essa leitura se faz possível visto que:

[...] toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê). O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em uma voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. (BAKHTIN, 2010, p. 272)

Vejamos que os SN **sexo sem** e **passe uma** estão em branco. Já os termos **proteção** e **borracha** estão em azul, mesma cor da embalagem do produto. Temos uma forma de ancoragem que não está materializada apenas por uma expressão linguística, mas também nas relações mantidas entre as cores das palavras e a embalagem do produto; trata-se de um lastro referencial não verbal. Assim, vemos que a recuperação anafórica ocorre a partir da recorrência a esse aparato capaz de organizar e processar essa associação entre o enunciado, as cores e a imagem do preservativo.

Tais recursos atestam que se há coesão explícita, há, também, coesão implícita, ou seja, tal mecanismo não se restringe a elementos linguísticos marcados na superfície textual, “Nesse sentido, a coesão explícita não é condição necessária para a textualidade” (MARCUSCHI, 2008, p. 112). Ou seja, a coesão implícita não é um entrave para a construção de sentido, ela suscita um grau maior de inferência do interlocutor.

(16)



(Disponível em: <http://portifoliopablo.blogspot.com/2010/01/burger-king.html>>.)

Em (16) temos a propaganda da *Burger King*, empresa americana especializada em *fast food*, considerada a maior concorrente do *McDonald's*. O enunciado **Tamanho não é documento” Isso é conversa pra quem tem o hambúrguer pequeno** funciona como uma paródia de um ditado popular que consiste em não desvalorizar a qualidade de algo devido a seu tamanho diminuto. A intenção da rede de *fast food* é mostrar que sabor e tamanho são importantes e abundantes em seus produtos, para tanto, eles destacam em seu cartaz a imagem do *Whopper*, o hambúrguer campeão de vendas da Burger King, conhecido por causa do seu sabor e tamanho.

A anáfora encapsuladora se efetiva, no exemplo, pelo pronome demonstrativo **isso** que resume o SN **tamanho não é documento**, ao mesmo tempo em que abre precedentes para o que vem depois **isso é conversa de quem tem hambúrguer pequeno**. Nessa ocorrência, a expressão **isso é conversa de quem tem hambúrguer pequeno** aliada a imagem do hambúrguer *Whopper* não apenas recupera uma informação antecedente como a resume e a avalia a um só tempo, peculiaridade da anáfora do tipo encapsuladora, visto que

ao mesmo tempo em que o enunciador encapsula um trecho de informações, muitas vezes dispersas no discurso, organiza-o e, freqüentemente, acrescenta-lhe uma avaliação; além disso, quando o encapsulador opera de maneira prospectiva, ajuda na previsão de informações. A partir dessas observações,

Francis ([1994] 2003) identifica as funções de: organização, predição e avaliação. (CIULLA, 2008, p. 80)

Por tudo o que foi discutido, deve ter ficado patente que “o referente corresponde a objeto de discurso, que resulta de um processo interativo, construído, mantendo e alterando a forma como sociocognitivamente os sujeitos interagem com o mundo.” Dessa maneira, não devemos esquecer o caráter dialógico do processo de escrita e leitura dos textos, visto que os enunciados estão formando uma cadeia com outros enunciados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, a proposta desta pesquisa considerou a necessidade de investigações sobre a construção de sentido em textos multimodais, que se realiza não somente por signos verbais, mas também signos não verbais. Entendemos que o entrelaçamento desses fatores é crucial para a construção dos objetos de discurso não explicitados no texto *stricto sensu*. Enxergamos essa prática como uma maneira de combater a ideia de coesão como um fenômeno verbalizado na superfície textual, pois “não se pode impor essa noção como condição necessária para que se tenha um texto, uma vez que uma única sentença ou apenas uma palavra pode constituir um conjunto que o represente” (ROMANO, 2016, p. 18). Essa ideia de coesão condicionada à linearidade culminou na visão de texto enquanto um produto pronto, proporcionando uma excessiva abordagem formal do texto. Tal perspectiva excluiu por muito tempo o tratamento dos textos híbridos, na medida em que desconsiderava o não verbal.

Assim é que, pensando na importância de se preservar todos os elementos constitutivos do texto, adotamos em nossa perspectiva o texto como “um evento dialógico, semiótico” (HEINE, 2012). Essa visão de texto como evento semiótico nos permitiu analisar os seus constituintes verbais e não verbais; tal metodologia nos possibilitou a compreensão de que os signos icônicos interferem na tessitura textual dos gêneros discursivos *charge* e propaganda; sendo esses fundamentais no processo de construção de sentidos.

Trata-se, portanto, de uma noção de referência que resulta não apenas da relação mantida entre fatores de ordem linguística e ou contextual. Nessa abordagem, o texto resulta de um processo coletivo que se realiza a partir das interações entre os interlocutores. É necessário, pois, entender a produção textual em seu efetivo exercício humano, sem desvinculá-la de seu contexto histórico e social.

Consequentemente, entendemos a referenciação como “atividade discursiva” com um acentuado caráter interacionista: “essa perspectiva pressupõe uma ação mútua entre língua e entorno social, trata-se de uma atividade colaborativa entre os parceiros da interação, que constroem seus objetos de discurso a partir de suas experiências.” Nesse processo de construção a língua é usada para recategorizar o mundo. Portanto, a referenciação não pode mais ser considerada como um fenômeno circunscrito à materialidade linguística, que ocorre de maneira linear, pois, como vimos, ela se faz presente embora não esteja materializada no texto *stricto sensu*, o que nos permite afirmar que tais processos se ancoram também em elementos não verbais. É importante dizer que não negamos aspectos como a correferencialidade, a linearidade

etc, mas chamamos a atenção que esse fenômeno ocorre também ancorado em elementos não verbais.

Em caráter de conclusão, nossa pesquisa mostrou que as anáforas do tipo encapsuladora, analisadas nos textos chárgicos e publicitários, realizaram-se por meio de relações proporcionadas não só pelos elementos linguísticos (pronomes pessoais, repetições de expressões, SN etc), mas também por meio dos signos icônicos; além disso, a função desse tipo de anáfora, está para além de resumir um conteúdo precedente; essa categoria pode, também, indicar um ponto de vista, juízos de valor etc.

Assim, a função de uma anáfora encapsuladora, por exemplo, não é só manter a continuidade referencial pelo resumo de conteúdo precedente, mas conduzir argumentativamente o coenunciador para o que deseja discursivamente o enunciador. Ou seja, não é preciso que nas introduções referenciais apenas seja apresentado o referente, é possível que ele indique um ponto de vista, recupere a memória partilhada, encapsule informações, por exemplo.

Enfim, é urgente pensar no processo de significação textual como algo constituído a partir de estratégias cognitivas, sociais e ideológicas; isso significa descartar as teorias que concebem a forma linguística como transparente e suficiente para produção de sentidos. Essa visão não condiz mais com a natureza discursiva do processo referencial, ou melhor, com a complexidade linguística que permeia a construção e compreensão textual.

REFERÊNCIAS

ANTOS, G. Texte als Konstitutosformen von Wissen Thesen zu einer evolutiostheoretischen Begründung der Textlinguistik. In: Antos, G. & H. Tietz (orgs.) *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997.

ARMENGAU, F. *A pragmática*. Trad. Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola Editoria, 2006.

ARRIGONI, M. de M. *Debatendo os conceitos de Caricatura, Charge e Cartum*. III Encontro Nacional de Estudos da Imagem 03 a 06 de maio de 2011 - Londrina - PR. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Mariana%20de%20Mello%20Arrigoni.pdf>>.

APOTHÉLOZ, D. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A; REICHELER-BÉGUELIN. (org.). *Du syntagme nominal aux objets de discours*, Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 5. ed. Trad. BEZERRA, P. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BEAUGRANDE, R; DRESSLER, W. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Max Niemeyer, 1981.

BEAUGRANDE, R. de. *Newfoundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997. Tradução provisória de Maria Inez Matoso Silveira – UFAL.

BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

BENTES, A. C. Linguística Textual. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v.1. São Paulo: Cortez, 2001.

BONIFÁCIO, C. A. de M; MACIEL, J. W. G. *Linguística Textual*. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/linguastica_textual_1360183766.pdf>. Acesso em: 2018.

BORBA, V. C. Machado. *Resenha de “Cohesion in English”, de Halliday & Hassan*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. V. 4, n. 6, março de 2006. ISSN 1678-8931[www.revel.inf.br].

Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/resenhas/revel_6_cohesion_in_english.pdf>.

BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. São Paulo: Unicamp, 1997.

BRAIT, Beth. *A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva*. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996. p. 69-92

BRAIT, B. *Tramas verbo-visuais da linguagem*. In: BRAIT, B. *Literatura e outras linguagens*. São Paulo: Contexto, 2010a, p.193-228.

BRAIT, B. (org.). *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CAMBRUSSI, M. F; FERREIRA, E. D. *A quebra da dicotomia anterioridade/posterioridade da linguagem em relação ao pensamento: a visão holística de Wilhelm Von Humboldt*. In: *Língua e Instrumentos Linguísticos*. nº 27-28, 2011. UFFS, p. 43-62. Disponível em:< <http://www.revistalinguas.com/edicao27e28/artigo3.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2017.

CARVALHO, C. de. *Para compreender Saussure*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1980.

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, M. M; MESQUITA, L. de L. *Argumentação e polifonia em anáforas encapsuladoras*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 55-63, jan./mar. 2011.

CHAROLLES, M. *Introdução aos problemas da coerência dos textos*. O texto: leitura e escrita. São Paulo: Pontes. 1978.

CHOMSKY, N. A. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Tradução por José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Armênio Amado - Editor, 1965.

COSTA, I. B. *Cadeias referenciais no português falado*. *Organon: Revista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre - RS, v. 28/29, p. 33-54, 2000.

COSTA SANTANA, Gilvan. *Referenciação em gênero discursivo: uma proposta de trabalho com anáfora direta em produção de texto dissertativo*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-Graduação em letras profissional em rede (profletras), Universidade Federal de Sergipe, 2015.

COSTA VAL, M. da G. *Redação e textualidade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CONTE, Maria-Elisabeth. *Anaphoric encapsulation*. In: RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto – (Coleção Clássicos da Linguística), [1996] 2015.

CRYSTAL, D. *Language and the internet*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

EISNER, Will. *Narrativas gráficas de Will Eisner*. Trad. de Leandro Luigi Del Manto. São

Paulo: Devir, 2005.

FARACO, C. A. *Interação e linguagem: balanço e perspectivas*. Calidoscópico, v. 3, n. 3, p. 214-221 set./dez.2005. Disponível em:

<http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_calidoscopio/vol3n3/art08_faraco.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

FARACO, C. A. O estatuto da análise e interpretação dos textos no quadro do círculo de Bakhtin. In: *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

FÁVERO, L. L. *Linguística textual: memória e representação*. In: Filol. linguíst. port., n. 14(2), p.225-233, 2012. Disponível em: < www.revistas.usp.br/flp/article/viewFile/59911/63020>

FERREIRA, L. C. V. REBELLO, Lúcia Sá. *Anáfora: mecanismo coesivo de referência textual*.

Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/60695/000862143.pdf?sequence=1>>.

FIGUEIREDO, O. M. F. G. *A anáfora nominal em textos de alunos: a língua no discurso*. Edição Fundação Calousete Gulbenkian, Fundação para a ciência e a tecnologia. Distribuição Dinalivro, 2000.

FIORIN, J. L. *A noção de texto na semiótica*. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29370/18060>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

_____. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, [2008] 2015.

_____. (org). *Introdução à Linguística: objetos teóricos*.4.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANCIS, Gill. *Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion*. In: Coulthard, M. (ed.). *Advances in written text analysis*. London and New York: Ed. Routledge, 1994, p. 83-101. In: RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) *Referênciação*. São Paulo: Contexto – (Coleção Clássicos da Linguística), 2003 [1994].

GODOY, A. S. *Pesquisa qualitativa tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29 Mai./Jun. 1995.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3>>.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HEINE, L. M. B. *Por que uma nova fase da Linguística Textual?*. In: Letras em Revista, v. 8, p. 346-360, 2017. Disponível em: <<https://ojs.uespi.br/>>.

HEINE, L. M. B. A perspectiva bakhtiniana da Linguística Textual: os elementos verbais e não verbais no processo de referênciação. In: HEINE, L. M. B. (org). *O texto sob novos olhares: ampliando conceitos e atualizando pesquisas*. Curitiba: CRV, 2016.

_____. *A Perspectiva Bakhtiniana da Linguística Textual: os elementos verbais e não verbais no processo de referência*. In: Anais do III Seminário Internacional de Estudos Sobre Discurso e Argumentação (III SEDIAr) / Organização: Eduardo Lopes Piris, Isabel Cristina Michelan de Azevedo, Geralda de Oliveira Santos Lima. Ilhéus: Editus- Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2016.

_____. *A fase bakhtiniana da Linguística Textual*. In: HEINE, L; NERY, M; NEIVA, N; CRISTO, A; CRUSOÉ, M. (org.). *Sujeito e discurso: diferentes perspectivas teóricas*. Salvador: EDUFBA, 2015.

_____; ALVAREZ, P. H. (org.). *Incursões sobre a linguística no século XX com foco na linguística textual*. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6940>>.

_____. *Aspectos da perspectiva funcionalista da análise linguística*. In: HEINE, L. M. B.; HEINE, P. (Org.). *Questões do texto e do discurso*. Salvador: Kalango, 2011.

_____. *Reflexões sobre o sujeito social e o sujeito ideológico*. Revista Investigações: Linguística e teoria literária. 2008. Disponível em: <http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.21.2/Licia_Heine.pdf>.

_____. *Aspectos do uso da anáfora no português oral*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Pós-Graduação do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

HEINEMANN, W; VIEHWEGER, D. *Textlinguistik: eine Einführung*. Tübingen: Niemeyer, 1991.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Humboldt, Wilhelm Karl von. *Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad*. 1. ed. Barcelona: Anthropos, 1990. Traducción y prólogo de Ana Agud.

KOCH, I. G. V; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). *Referência e discurso*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____; CUNHA-LIMA, M. L. *Do cognitivismo ao sociocognitivismo*. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 251-300.

_____; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Desvendando os segredos dos textos*. Ed. Cortez. [2002] 2009.

_____. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Linguística Textual: uma entrevista com Ingedore Villaça Koch*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL. Vol. 1, n. 1, agosto de 2003. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

_____. *A coesão textual*. São Paulo, 1999.

_____. *O desenvolvimento da Linguística Textual no Brasil*. D.E.L.T.A., Vol. 15, N.º ESPECIAL, 1999 (165-180) Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/delta/v15nspe/4015.pdf>>.

LÉ, J. B. *Referenciação e gêneros jornalísticos: sistemas cognitivos em jornal impresso e jornal eletrônico*. Tese (Doutorado em Linguística) – Pós-graduação em Linguística, Rio de Janeiro, 2012.

_____. *A noção de referência nas abordagens sociodiscursivas da ciência da linguagem*. Revista do GELNE, Natal/RN, Vol. 16 Números 1/2: 243-267. 2014

LEITE, M. A; MARTINS, R. *Referenciação*. Belo Horizonte: Cadernos Cespuc, 2013.

LIMA; F. *A construção de referentes no texto/discurso: um processo de múltiplas âncoras*. In: Mônica Magalhães Cavalcante, Silvana Maria Calixto de Lima, (orgs). São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos- chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Letras e linguística, 2012.

_____. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. In: Revista Letras, Curitiba. n.º 56, Editora da UFPR, jul/dez 2001, p. 217-258. Disponível: <<http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/18415/11987>>.

_____. *Produção textual: análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. In: KOCH, I. V; MORATO, E. M; BENTES, A. C. (org). Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2010.

MARQUESI, S. C. *Referenciação e intencionalidade: considerações sobre escrita e leitura*. In: Coleção Mestrado em Linguística, v.2 (PUC-SP), 2007.

MARTELOTTA, M. E. da (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2012.

MILNER, J. C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In M. M. CAVALCANTE, B. B.; RODRIGUES, A. CIULLA. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONDADA, L; DUBOIS, D. *Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. In: CAVALCANTE, M; RODRIGUES, B. B; CIULLA, A. (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, [2003] 2015.

_____. *Pour une approche conversationnelle des objets de discours*. In: Anais do II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza: UFC/ABRALIN, 2001

MORAES, Rachel Maria Campos Menezes de. *Progressão referencial e anáfora em textos orais*. Rio de Janeiro. CIEFIL, 2009. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xiicnlf/10/11.pdf>>.

MORRIS, C. W. *Scientific Empiricism*. In: Neurath et al, [1938] 1955, p. 63-75.

MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v.1. 8. ed. São Pulo: Cortez, 2008. MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 5. ed. São Pulo: Cortez, 2006. MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NASCIMENTO, A. B. *Comida: prazeres, gozos e transgressões*. EDUFBA, 2007.

PEZZATI, E. G. *O funcionalismo em linguística*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v.3.3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PINTO, J. P. *Pragmática*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 5. ed. São Pulo: Cortez, 2006.

PONZIO, A. *A revolução bakhtiniana*. Editora contexto: São Paulo, 2008.

RAMOS, P. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2010

ROMANO, Michelle Leite Veloso. *A abordagem dos operadores argumentativos nos livros didáticos de português*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Pós-Graduação do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ROMUALDO, E. C. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia um estudo de charges da Folha de S.Paulo*. Maringá: Eduem, 2000. Disponível em: <<http://www.eduem.uem.br/novapagina/?q=system/files/Liv-Edson-1.pdf>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

SANTOS, E. O. *Anáfora associativa em tirinhas: uma análise do texto como evento dialógico*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Pós-Graduação do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, [1916] 2006.

SCHWARZ, M. *Indirekte anaphern in texten*. Studien zur domängebundenen Referenz und Kohärenz im Deutschen. Tübingen: Niemeyer, 2000.

SILVA, S. P. Mudanças didáticas e pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa, 2011. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/portugues/Mudancas_didaticasl_portuguesa.pdf>.

SILVA E SILVA, TERESA MARIA. *Aspecto da anáfora encapsuladora em redações de estudantes universitários*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Pós-Graduação do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, WALLESKA BERNARDINO. *A referenciação em textos verbo-imagéticos*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Pós-Graduação do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. - São Paulo: Atlas, 2006.

VARGAS, Maria Elizabete Borges. *Anáfora indireta: uma estratégia do discurso publicitário*. Anais do CELSUL, 2008.

VENTURA, C. S. M; LIMA – LOPES, R. E. de. *O Tema: caracterização e realização em português*. Publicado por LAEL, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brazil, e AELSU, University of Liverpool, United Kingdom. Disponível em: <<http://www2.lael.pucsp.br/direct/DirectPapers47.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2018.